

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

1^a

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Zita Rodrigues França Costa, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e nove elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, José Maria Preto, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, Maria Zita Rodrigues França Costa, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Carlos Manuel Vinhais Conde, Manuel Alfredo Preto, Alfredo Augusto Ferreira, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Maria José Fernandes Tuna Polónio, Ilídio Simões Martins, Maria Helena Pires Mendo, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Osvaldo Augusto Morais Urze, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, António Luis Bernardo Martins, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, Luis Filipe Silva Parreira em substituição de José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, José Carlos Apolinário em substituição de António Joaquim Valença, Presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Abel Afonso Varandas, José Joaquim Moura, Luis Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Amílcar André ...em substituição de Manuel Maria Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Ala, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais Antónia de Jesus

Moura Cardoso, Américo Luis Amador, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Manuel Luís Tibério, Mário Humberto Afonso, Vitor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, Ilídio Miguel Martins Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó e Agostinho Joaquim Fernandes, Presidente da Junta de freguesia de Sanhoane. -----

-----De seguida, na sequência da renúncia ao mandato da Dona Natividade da Luz Paulo eleita pelo Partido Social Democrata, foi conferida posse ao elemento que se seguia na lista de candidatos proposta pelo Partido Social Democrata, o Senhor José Augusto Rodrigues Mendes, foi ainda conferida posse ao Senhor Ilídio Simões Martins, pelo facto de ter faltado no acto da Tomada de Posse e ter justificado a sua falta. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* ---

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Reunião da Tomada de Posse.* -----

-----1.3 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

-----1.4 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “As Grandes Opções do Plano – Exercício de 2010”* -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “Orçamento Municipal – Exercício 2010”*-----

-----2.4 *Análise e deliberação sobre “Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2010”*-----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre “ANMP – Fixação de taxas de IMI para 2010”*-----

-----2.6 *Análise e deliberação sobre “Comissão de Protecção de Crianças E Jovens em Risco de Mogadouro – Designação de Representantes pela Assembleia Municipal”* -----

-----2.7 *Análise e deliberação sobre “Trás-os-Montes – Comunidade Intermunicipal – Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIM-TM”*-----

-----2.8 *Análise e deliberação sobre “ Erro na Publicação do Regulamento do PDM. Informação da Divisão de Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente”* -----

-----2.9 *Análise e deliberação sobre “ Designação de Representantes no Conselho da Comunidade do ACES de Trás-os-Montes I - Nordeste”*---

-----2.10 **Outros Assuntos.** -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “falta gravação ...e porquê? Porque tem sido um ano muito difícil para muitas famílias, com a onda de desemprego a subir, e naturalmente também afectará muitos dos nossos conterrâneos, para esta gente, para estes Portugueses, para estes nossos conterrâneos, eu quero expressar uma mensagem de confiança, desejar-lhes ardentemente que com serenidade ultrapassem esta fase difícil das suas vidas. Feito este pequeno intróito declaro aberta a sessão. -----

-----Com a tomada de posse dos elementos em falta fica agora completo o órgão colegial representativo do Município de Mogadouro. -----

-----À semelhança do que fiz na Tomada de Posse, felicito os novos empossados e desejo-lhe as melhores felicidades e êxitos nos cargos para que foram eleitos. Estou certo que saberão corresponder às expectativas e exigências dos seus eleitores, pautando a sua actividade política na defesa e salvaguarda dos interesses das populações e do nosso Concelho. -----

----- Entrando propriamente no Período de Antes da Ordem do Dia, e em conformidade com o disposto no artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Outubro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro compete à Mesa, entre outras competências elaborar e aprovar o Regimento, acontece que, como todos sabem, nesta fase inicial de mandato, e atendendo a que a Lei que regula o funcionamento da Assembleia Municipal ainda prevalece, foi entendimento na reunião da comissão de líderes apresentar o novo Regimento a elaborar e aprovar na próxima reunião de Fevereiro, pelo que de acordo com o número dois, do artigo 59.º do Regimento da Assembleia enquanto não for aprovado o novo Regimento continuará em vigor o anteriormente aprovado, para o efeito queria que até ao final da sessão fosse constituída em termos de forças representativas desta Assembleia uma comissão para proceder à reformulação do Regulamento, se não for apresentada nenhuma comissão, a mesa tomará a liberdade, e em conjugação com os grupos dos líderes partidários fazer esse trabalho. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:*-----

-----A este respeito, e como temos aqui novos Presidentes de Junta e novos Deputados, penso que apenas deverão votar os que fizeram parte da anterior sessão, porque se reporta ao mês de Setembro”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “eu li a acta e o que queria dizer é que de facto a fita acabou aqui em determinado momento e depois não foi tudo escrito devidamente, como eu li, e de facto achei que não estava correcto, ou seja que não representava de facto o que foi aqui dito, eu apenas quero dizer que me vou abster nesta votação”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vou pôr a acta da vigésima sessão à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, vinte (20) abstenções e vinte e sete (27) votos a favor. -----

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Reunião da Tomada de Posse.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo nenhuma intervenção, vamos colocar à votação a acta da Tomada de Posse. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e quarenta e seis (46) votos a favor. -----

-----1.3 *Informação da correspondência recebida e expedida.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço e não tendo havido inscrições para o uso da palavra o Presidente da Assembleia disse: “vamos passar ao ponto 1.4 – Assuntos de Interesse Relevante para o Município”. -----

-----1.4 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

-----Enquanto se aguardam inscrições..., é neste ponto que os Senhores Deputados poderão colocar as questões que entenderem relativamente a assuntos relevantes do Município, depois em termos de inscrições temos é que gerir o tempo. -----

-----Vamos apresentar uma Moção, que é um Voto de Pesar pelo falecimento do nosso ex-companheiro, colega, daqui da Assembleia, o Senhor José Manuel da Graça, foi membro da Junta de Freguesia de Bruçó, e membro da Assembleia Municipal. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

-----Temos outro voto de Pesar, e como diz respeito à minha família passo a palavra à minha 1ª Secretária”. -----

► **ZITA COSTA** usou da palavra e disse: “um voto de Pesar pelo falecimento do Sogro do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ temos um Voto de Pesar, pela morte muito recente da Mãe do Senhor Vereador António Joaquim Pimentel, que vou colocar também à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. Do teor destas votações daremos parte e conhecimento às famílias respectivas. -----

-----Temos também um Voto de Louvor: «A Banda de música da Associação Filarmónica dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro conta hoje com 50 elementos, jovens músicos, promissores da nossa terra, aqui vão ganhando gosto pela música, com nível e qualidade, apostados em continuar o projecto que o Maestro Ismael consolidou ao longo dos catorze anos ao serviço da nossa Banda. Do rigor, profissionalismo e acção pedagógica implementada pelo Maestro Ismael resultou uma Banda jovem, motivada e capaz de competir com as melhores, facto revelador de grande orgulho e satisfação para todos os Mogadourenses. Consolidada a sua justa reforma e terminado o seu contrato de trabalho, a Assembleia Municipal de Mogadouro louva o esforço empenhado à causa e valorização musical dos nossos jovens e agradece a sua contribuição pelo rejuvenescimento e valorização da Banda de Música da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro»

-----Não havendo intervenções relativamente a esta proposta, vou colocá-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por unanimidade. Do teor desta proposta daremos conhecimento também ao Senhor Ismael. *(neste momento o líder*

parlamentar do PSD, Senhor José Maria Preto interrompeu para fazer um ponto de ordem à mesa, e disse: “ era para a apresentação de uma Moção, ainda um Voto de Pesar pelo falecimento do Pai da Deputada Sandra Mesquita) ” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ peço imensa desculpa, porque de facto nem eu tive conhecimento, em primeiro lugar os meus pêsames. Vamo-nos pronunciar relativamente a mais um Voto de Pesar pelo falecimento do Pai da nossa Deputada Sandra Mesquita. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. Também daremos conta à família do teor desta votação. -----
-----Depois chegou à mesa uma Moção que eu vou rubricar, Moção apresentada pelo Senhor Deputado Domingos Alfredo Fernandes Amaro. (ouviram-se vozes) -----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “é bom regressar à Assembleia Municipal, é a primeira vez que estou desse lado, quando estive na Assembleia Municipal estive deste, e fazia um apelo desde já ao Senhor Presidente, é a altura, talvez, de substituir este mobiliário, pedir à Câmara, para temos conforto, e os Deputados Municipais devem ter conforto neste órgão. -----

-----Apresentei uma Moção que vou primeiro fazer um preâmbulo a essa Moção, é um assunto que podia ser um foco de desenvolvimento aqui para a região e neste momento não está a ser, tem a ver com o Parque Natural do Douro Internacional, e que passava a ler aquilo que me ocorreu escrever: «Já passaram cerca de 30 anos, desde que alguns movimentos de cidadãos começaram, timidamente, a fazer notar que as arribas do Douro deviam ser um parque natural, dado o bom estado de equilíbrio dos ecossistemas, da importância faunística e florística, dos aspectos paisagísticos e da riqueza dos patrimónios arquitectónico, histórico e cultural deste território. E foi assim que, apesar do enorme trabalho da “contra informação” e dos fantasmas que lançaram (como as cobras de duas cabeças ou os aviões vermelhos que dispersavam mosquitos), em 11 de Maio de 1998, foi publicado o decreto Regulamentar nº8/98, que criava o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI). -----

-----Os parques naturais são por definição, áreas humanizadas. Aliás, um dos objectivos específicos da criação do PNDI é, promover a melhoria da qualidade de vida das populações, em harmonia com a conservação da natureza. Por isso, as expectativas que se criaram foram enormes: acreditou-se que a área protegida seria uma mais-valia para

esta região, por ser um factor de desenvolvimento rural e local, por poder atenuar a desertificação humana e inverter o fluxo do êxodo rural, através da criação de postos de trabalho, quer directos, quer indirectos. E, inicialmente, assim aconteceu – a gestão do parque foi dotada de meios humanos, materiais e financeiros (não os necessários, mas os suficientes, para começar), para que o PNDI fosse uma realidade. O entusiasmo foi enorme, nomeadamente dos jovens técnicos e vigilantes da natureza. O parque natural ia-se paulatinamente ganhando! Os seus detractores começavam a ficar sem argumentos! Actualmente estão a recuperá-los, mas agora com fundamento! -----

-----Tive o enorme privilégio de, como responsável, participar na implementação do PNDI, mas neste momento estou muito apreensivo relativamente ao futuro, quer dos aspectos da conservação da natureza, quer das questões ambientais, quer das populações que aqui residem: ----

-----pela reestruturação que o ICNB sofreu há cerca de 3 anos, que agrupou várias áreas protegidas sob a tutela de um único director. Há assuntos e problemas específicos de cada área protegida que exigem tomadas de decisão imediatas e que, por isso, não se compadecem com a falta de decisores no local e na hora, muito menos a 250 km de distância; -----pela carência de meios humanos em face das inúmeras competências que lhe estão cometidas – o PNDI chegou a ter 10 técnicos e 7 vigilantes da natureza, além da parte do apoio administrativo. Neste momento tem 4 técnicos na área da conservação e não tem qualquer vigilante da natureza, e administrativos em Mogadouro também não tem, o apoio administrativo é dado em Miranda do Douro e em Figueira de Castelo Rodrigo. Claro que o facto de não haver vigilantes da natureza permite que se façam todo o tipo de atentados ambientais, e que só não são feitos mais porque os colegas Espanhóis vem do outro lado, e depois participam às autoridades Portuguesas para que não aconteçam barbaridades que estão a acontecer; -----

-----pela falta de apoio à agricultura tradicional. Não pode haver áreas protegidas sem que no seu interior se desenvolvam as diversas actividades económicas, nomeadamente as actividades agrárias. Os agricultores são os pilares que sustentam o PNDI, sem eles, ou contra eles, nunca haverá uma área protegida. Podemos dizer que todas as espécies silvestres dependem, directa, ou indirectamente, das actividades agro-pecuárias e florestal. Os sistemas agrários tradicionais não são competitivos, sob o ponto de vista de produtividade, pelo que necessitam de ser compensados. Os antigos Planos Zonais iam nesse sentido, mas as actuais Intervenções Territoriais Integradas, que os substituíram, não são aliciantes, dados os compromissos que os

agricultores têm de assumir; -----
-----pela legislação que tem sido produzida (ex.: port. 754/03 de 2/08 e 1245/09 de 13/10. Não se pode manter esta área protegida exclusivamente à custa das suas populações, bem pelo contrário, o PNDI é de toda a humanidade pelo que as populações suas guardiãs, devem ser ajudadas, como, por exemplo, pela isenção de taxas, ou do pagamento de pareceres técnico/ambientais. Mas aqueles diplomas determinam exactamente o contrário, penalizam as populações das áreas protegidas relativamente às populações que aí não residem. -----
-----Se não arrepiarmos caminho, então brevemente apenas nos restará a consolação de poder contemplar uma área protegida na outra margem do Douro». -----
-----Por isso queria apresentar depois deste preâmbulo a Moção: «Considerando que a reestruturação que o ICNB sofreu há cerca de 3 anos, que agrupou quatro áreas protegidas do norte de Portugal sob a tutela de um único director, sediado a mais de 250 km de distância do PNDI, não serve os interesses das populações e da conservação da natureza; -----
-----considerando que há assuntos e problemas específicos de cada área protegida que exigem tomadas de decisão imediatas e que, por isso, não se compadecem com a falta de decisores no local e na hora; -----
-----considerando que os meios humanos são manifestamente insuficientes para dar cumprimento às inúmeras competências que lhe estão cometidas; -----
-----considerando que as dotações orçamentais não correspondem às expectativas criadas para a gestão da área protegida realizar as benfeitorias de apoio ao turismo de natureza e ao bem-estar das populações residentes; -----
-----considerando que a legislação que tem sido produzida, nomeadamente a Portaria nº 1245/09 de 13 de Outubro, penaliza gravemente as populações da área protegida; -----
-----considerando, ainda, que o apoio à agricultura tradicional nomeadamente as Intervenções Territoriais Integradas, têm mais compromissos do que benefícios a Assembleia Municipal de Mogadouro, reunida em sessão ordinária, em 21 de Dezembro de 2009, deliberou manifestar o desagrado pela situação que está a passar o PNDI, e recomendar ao Ministério do ambiente o seguinte: -----
-----1 – A alteração da estrutura orgânica do ICNB, por forma a que a gestão do PNDI fique sediada nesta área protegida; -----
-----2 – Que o PNDI seja dotado dos meios humanos, financeiros e materiais, necessários a cumprir os objectivos para que a área protegida

foi criada; -----

-----3 – Que a portaria nº 1245/09 de 13 de Outubro, e outra legislação que prejudica os interesses das populações, sejam imediatamente suspensas;-----

-----4 – Que as ITI sejam revistas de forma a que os agricultores sejam, efectivamente, compensados por conservarem os sistemas agrários tradicionais que garantem o equilíbrio dos ecossistemas do PNDI.» -----

-----Se mais alguém quiser, pode subscrever esta Moção. -----

-----Queria desejar Boas Festas a todos e Próspero Ano Novo, e desejar também um rápido restabelecimento do Senhor Presidente da Câmara, que hoje não está connosco. Penso eu, que é desejo de todos, que rapidamente ele volte ao nosso convívio”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “em relação a esta moção queria dizer o seguinte: de facto quando esta situação se levantou, esta situação de alteração do regime jurídico da instalação e gestão do PNDI, esta Assembleia Municipal oportunamente se pronunciou e levantou o seu desagrado relativamente àquilo que estava a ser feito, e lembro-me e recordo-me muito bem que essa contestação e esse lamento veio do Grupo Parlamentar do PSD, lembro-me que de facto na altura lamentámos e foi traduzido aqui, deve-se encontrar registado em acta, assim sendo, e por coerência, porque entendemos que é um assunto de extrema importância e de relevância para o Município de Mogadouro e para a área do PNDI, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente esta proposta”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ não havendo mais nenhuma intervenção vou colocar esta Moção à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por unanimidade”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ saúdo primeiramente os meus amigos das respectivas bancárias partidárias, cumprimento com sinceridade, com humildade, todo o povo de Mogadouro, como sinal de agradecimento, de esperança, prometendo trabalho consciente e justo. Endereçamos as nossas cordiais saudações ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, sentimo-nos extremamente felizes por a nossa presença nesta Assembleia, querer significar uma breve configuração de mudança, um sinal de alteração, de mais situações de diálogo, mais pontos de vista a observar, mais consensos. O CDS reentra com a sua doutrina democrata cristã na defesa dos valores, na profundidade dos ideais, do bem-estar das famílias, no desenvolvimento, na aplicação da justiça social. Queremos dar

nesta Assembleia o contributo de uma oposição moderna, construtiva, dialogante, vamos ser exigentes com nós próprios no estudo concentrado das propostas a votar, explicando as nossas opiniões, apontando virtudes, corrigindo defeitos, porque queremos contribuir com a nossa postura para o engrandecimento desta Assembleia. O vigor, a abnegação desta bancada irá surpreender todos os presentes, em especial os que confiaram em nós. Apesar da novidade e da expectativa criada seremos simples mas corajosos apontando sempre como objectivo, o respeito da dignidade humana, as mesmas oportunidades para todos, o respeito pelos mais velhos, o carinho pelos mais pobres, o encorajamento das perspectivas dos nossos jovens. Quando se tenta, nem sempre se ganha, quando não se luta perde-se, nós iremos pautar a nossa actuação (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**), e tentaremos ajudar as boas situações, porque o que é urgente demora sempre tempo a fazer. O poder manifesta-se pela humildade, pela benevolência e pelo respeito, e afirma-se silencioso e eficaz, não com a verdade da força, mas com a força da verdade democrática. As maiorias quando reduzem as oposições a meros súbitos não demonstram dignidade e manifestam medo e inquietude, a oposição deve ser construtiva, consciente, e não deve mostrar receio na apresentação das suas propostas e opiniões, se as mesmas estão bem fundamentadas, é nesta base que iremos funcionar e tentar contribuir para a dignificação desta representação do povo. -----

-----Proposta: «Queríamos nesta Assembleia fazer um comentário, uma sugestão, e uma comparação que se passa exactamente com a mobilidade e aprendizagem no desempenho do avião pertença da Câmara. Compreendendo o cariz e até apreciando a aerodinâmica somos porém sensíveis ao despesismo que a própria aeronave acarreta, invertendo daí, não um gasto transferido para outra situação que vou passar a explicar e que seria a sua substituição por um pequeno helicóptero que realizaria missões que o avião não faz. Como todos sabem o distrito de Bragança é o maior do país em acidentes vasculares cerebrais, e Mogadouro é o segundo do distrito, isto deve-se ao envelhecimento da população e à boa mesa trasmontana, ora estando nós inseridos nestes factores de risco, achamos melhor tomar mais precauções, pois lembremo-nos quanto tempo demora uma ambulância a chegar a Macedo ou a Bragança e em que condições para estes casos, depois resultam sequelas físicas para as actividades da vida diária que nem a fisioterapia resolve, aliás a este tipo de acidente todos os outros seriam vistos de maneira diferente, e resolvidos com mais rapidez. Vou dar as quatro razões que são preponderantes: primeiro, foi o que expus, claro que o helicóptero em referência estaria equipado com uma maca para o acidentado e teria de transportar nestes casos uma enfermeira, mas a concorrência, em

especial a Francesa oferece várias alternativas; segundo, após a detecção de um fogo o helicóptero podia transportar água no seu balde apropriado duas ou três vezes até chegarem os bombeiros advindo daqui enorme importância para o enriquecimento e conservação da nossa floresta e sua fauna; terceiro, podia recuperar pessoas em perigo de afogamento nos nossos rios em especial os nossos jovens; quarto, seria durante o verão em breves minutos e até para a própria manutenção daria uma volta a todo o concelho para a detecção de fogos em desenvolvimento. Achamos que seria uma maneira de tranquilizar as pessoas que vivem no concelho, seria um exemplo de cidadania e importância para as populações, revelando a Câmara grande sentido de responsabilidade». -----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós pensamos que os Senhores pensam como nós, que primeiro estão as pessoas, e só depois está o acessório, portanto vamos protegê-las com urgência”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente do grupo parlamentar do CDS, nós não podemos considerar uma proposta, porque o Senhor não propõe nada, o Senhor faz aqui uma declaração política, e como tal a mesa e a Assembleia vai ter conhecimento do teor desta declaração, porque para pôr à votação teria de dizer, por isso propõe-se que..., como não está, para nós não passa de uma declaração, ouvimo-la com todo o respeito, e a Assembleia vai tomar conhecimento precisamente desta declaração. (*ouviram-se vozes*) Se o Senhor quiser ainda melhorá-la e terminá-la, mais à frente eu volta a recebê-la, mas conforme está o Senhor não propõe nada, escreveu aqui proposta.... Faça então o melhoramento e antes de acabarmos o ponto eu volto a aceitá-la”. -----

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar saudações natalícias a todos os Mogadorenses naturais e residentes, que passem um bom Natal e um Feliz Ano Novo. Quero também desejar umas rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----Considerando que a nossa região contribui para o desenvolvimento do país no caso concreto de produção de energia hidroeléctrica através das diversas barragens; considerando também que é talvez das zonas mais frias do país, quero apenas deixar à consideração desta Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara, de que seria justo, inclusive em termos de apoio social às pessoas mais carenciadas que durante os meses agrestes de inverno a EDP fornecesse a energia eléctrica para aquecimento das habitações, no mínimo a essas pessoas a um preço reduzido, que poderia ser metade do que actualmente cobra. Se a ideia for consistente, então sim fazer uma proposta devidamente fundamentada e concertada com todas as Juntas de Freguesia, Assembleias Municipais, Câmaras Municipais do Nordeste Transmontano, talvez com toda a província transmontana e as

zonas das beiras, se é criada riqueza, também a população deve usufruir de uma parte da mesma, nomeadamente os mais carenciados”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “congratular-me com a eleição da Senhora Deputada Zita França Costa para este lugar, já tive oportunidade de lho dizer pessoalmente, e quero aqui renovar a minha congratulação por tal eleição, e espero da sua experiência, do seu bom senso e clarividência um trabalho frutuoso nesta mesa. -----

-----Para os Senhores Vereadores repetentes os meus votos de bom mandato, exactamente como para os Senhores Vereadores noviços, a Senhora Vereadora Teresa Sanches e o Senhor Vereador Armando Pacheco. -----

-----Para os Senhores Presidentes da Junta eleitos, bom trabalho na defesa das suas populações. -----

-----Para todos os que aqui estão de novo, para os que são repetentes, para os que se mantiveram nos seus lugares, e os que mudaram de bancada, esta aqui encolheu, aquela ali aumentou, é a chamada atracção pelo poder, a atracção do poder tem muita força. -----

-----Quero também felicitar o regresso a esta casa da força política CDS, já esteve até em funções executivas, depois deixou-se perder nos meandros da política de compadrio, e das alianças mais que espúrias, mas enfim, vamos para a frente com isso, quero esperar que tenham um trabalho profícuo, que tragam alguma lufada de ar fresco a esta casa, contínuo séptico, como estava na outra sessão, de facto devo dizer-lhes porque é a primeira vez que aqui os vejo, não acho que a Lei eleitoral relativa às competências deste órgão de que fazemos parte traduza exactamente as necessidades da vida autárquica portuguesa, houve uns projectos de Lei e umas propostas de Lei, houve as duas coisas, muito faladas e quase que se chegou a vias de facto para a concretizar no penúltimo mandato da Assembleia da República, depois por razões que muitos de nós conhecemos, e outros não conhecerão tão bem gorou-se essa hipótese que se traduzia em reforçar os poderes desta casa, desta Assembleia dando inclusivamente poderes de muito mais controle sobre o Executivo, de o poder dissolver. Eu espero deste Executivo, que no fundo é um Executivo ligeiramente recauchutado, eu espero deste Executivo uma maior atenção, um maior respeito para com esta Assembleia, espero que pensem que têm uma maioria menos forte do que tinham no anterior Executivo, e que por isso atentem mais nas observações da oposição; eu quero aqui recordar, só a título de exemplo, muito rápido, para não fatigar ninguém, que se o Executivo tivesse atendido às sugestões aqui feitas pela oposição não teriam caído em asneiras fortes como uma gorada urbanização, uma ziguezagueante, saída não sai, vem não vem das Águas de Portugal, a permissão de construção de um mamarracho ambiental, e até um desastre em termos de segurança que são as bombas de gasolina existentes na rotunda da Senhora do Caminho,

para não falar de mais outros atentados que por aí houve. Perspectiva-se um outro atentado, pelo que ouço por aí dizer, que é um atentado urbanístico à memória desta terra, penso que querem transformar numa floresta de alcatrão o largo Duarte Pacheco e o largo Trindade Coelho, espero que não concretizem tais objectivos, espero, estudem com calma, vejam as coisas com todo o cuidado, que aceitem as sugestões e que respeitem a memória desta terra. -----

-----Era só isto que eu queria dizer, e deixar aqui também um voto de congratulação pela indigitação de Jorge Gomes para Governador Civil do Distrito de Bragança”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “começaria de facto por dizer, que comungamos de muitas das preocupações que aqui foram trazidas, nem podia ser doutra forma, porque de facto elas têm razão de ser, mas discordamos de facto da argumentação, e das teses aqui apresentadas, impostas como ponto de vista para depois se avançar com aquilo que se afirmou. Começaria por lembrar ao Líder do Grupo Parlamentar do CDS, cumprimentá-lo antes de mais a partir deste ponto, do uso da palavra, mas de facto a sua primeira intervenção pareceu-me mais própria para um comício político do que propriamente um assunto relevante para o Município, acabei por nem entender muito bem a sua primeira intervenção, de qualquer das formas relativamente à questão do avião, e do helicóptero, a Câmara Municipal decidiu construir o aeródromo, conhecido pelo aeródromo do Azinhoso onde funciona uma escola de voo à vela, é o serviço para já que ali está instalado, a infra-estrutura é da Câmara Municipal, mas competências são competências, e de facto substituir um avião por um helicóptero e colocá-lo ao serviço das populações, porque nós pensamos como o Senhor Lima pensa, para nós primeiro as pessoas, mas de facto repetindo, competências, são competências, quero dizer com isto o seguinte: colocar um helicóptero ao serviço do Ministério da Saúde, do Ministério da Administração Interna, do Ministério da Agricultura, compete a estes Ministérios repensar se a população de Mogadouro e deste interior necessita ou não necessita desse helicóptero, não é a Câmara Municipal que tem que trocar o avião que tem por um helicóptero para o colocar ao serviço dos doentes, ao serviço das florestas, ao serviço doutros serviços que as populações bem precisam; o Governo sabe, está nas suas mãos e deve decidir se ali faz falta, ou não esse helicóptero, compete a esta Assembleia Municipal fazer chegar aos órgãos centrais essa nossa preocupação. Agora substituir um avião que se encontra ao serviço de uma escola de voo à vela, para o desenvolvimento de muitas actividades de lazer e de turismo da região, não encaixa de facto nesse modelo. Como digo e repito essas competências não são da Câmara Municipal. -----

-----Relativamente à intervenção do Ilídio Martins, a força da atracção, claro que o poder, é o poder, a atracção é a atracção, ainda bem, porque de

facto não concordo consigo quando diz: *que aquela bancada diminuiu*, não diminuiu, aumentou, o número de Deputados neste momento é maior do que aquele que era, quem de facto nas últimas eleições perdeu parte da sua bancada foi o PS, porque as suas intervenções aqui, do PS na Assembleia Municipal, afinal não se traduziram em votos aquando das eleições, se houve alguém que saiu defraudado, que perdeu votos neste sufrágio, talvez por culpa das propostas, do programa que apresentaram ao eleitorado não se traduziu, como digo em votos, de qualquer das formas o povo tem sempre razão e o sufrágio deu os resultados que deu. Não foi portanto atracção, mas também não foi distracção. Espero que, com esta nova configuração desta Assembleia Municipal quem tenha a ganhar seja o Município de Mogadouro”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado do PSD, muito obrigado pela sua explanação, o Senhor de facto ouviu mal a minha primeira intervenção, não foi um comício, mas ainda bem que o Senhor ouve bem; a segunda, eu penso que o Senhor pensa como eu, ou melhor, como nós, pensa que está em jogo a nossa saúde, eu penso que o Senhor pensa que assim é que está bem, eu penso que eu penso que está mal, como tal se nós pensamos que está mal, eu peço-lhe que tem que ser protegido, e se tem que ser protegido só tem uma função, votar a nosso favor esta proposta”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “conhecido o texto, não vale a pena estar aqui a recapitulá-lo, a parte que foi acrescentada: «em face do exposto, proponho que o referido avião fosse substituído por um helicóptero», é este no fundo o resumo do texto, substituir o avião por o helicóptero. -----

-----Vou colocar a proposta do CDS à votação, não tenho o direito de me pronunciar, embora me apetecesse, mas não tenho o direito de me pronunciar sobre isto”. (ouviram-se vozes). -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “é um esclarecimento que eu peço ao Executivo porque eu tenho aqui alguma dúvida sobre a viabilidade da proposta. Eu faço alguma confusão entre a Câmara e a Voadouro, no aspecto de propriedade e de exploração do avião, portanto não sei se será a Câmara de Mogadouro que terá competência para proceder à substituição que o Grupo Parlamentar do CDS pretende. Eu agradecia um esclarecimento da parte do Senhor Vice-presidente” -----

----- *(neste momento o líder parlamentar do PSD, Senhor José Maria Preto interrompeu para fazer um ponto de ordem à mesa, e disse: “as propostas são de imediato postas à votação no cumprimento do regimento, não há discussão de propostas).* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “é o que diz o regimento, muito obrigado por esse contributo, de facto a mesa deve receber as propostas, lê-las e pô-las à votação, e vou pô-la à votação, depois o Senhor

Presidente da Câmara Municipal em exercício, a seu tempo, nos outros assuntos, se quiser dar esse esclarecimento pode-o fazer, de qualquer das formas também não vai alterar o sentido de voto. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. O resultado da votação foi o seguinte: votos contra (30) trinta, abstenções (8) oito, a favor (8) oito. Esta proposta foi prejudicada, precisamente com o resultado que anunciei. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos entrar no período da ordem do dia: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço perguntou se alguém desejava intervir. -----

-----Não havendo nenhuma intervenção passou de imediato ao ponto 2.2.-

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “As Grandes Opções do Plano – Exercício de 2010”* -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “Orçamento Municipal – Exercício 2010”* -----

► **VICE - PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “ queria começar por dar em nome do Senhor Presidente da Câmara as Boas Festas a todos vós, desejar-vos um Bom Natal e um óptimo Ano de 2010 em nome do Senhor Presidente que assim o solicitou para o fazer, sabeis que não está presente por motivos de saúde, mas que está a recuperar, e que dentro de curto espaço de tempo estará por certo no nosso convívio. -----

-----Queria também dar as boas vindas aos membros desta Assembleia que transitaram do anterior mandato para este, as boas vindas aos que pela primeira vez dão o seu contributo neste órgão, e em especial saudar o regresso do CDS à casa da democracia do concelho, que é esta Assembleia Municipal. Votos de um bom trabalho em prol do concelho, é aquilo que desejamos a todos. -----

-----Senhor Presidente ainda no período de antes da ordem do dia não permitiu que a Câmara Municipal dissesse o que tinha a dizer para responder às questões que tinham sido levantadas nesse período, portanto se me permitir um minuto, e eu não demorarei mais do que um minuto, responderei àquilo que nos foi solicitado, (*o Presidente da Assembleia disse: tem 45 minutos*) não os usaremos, era só, de uma forma muito rápida dizer ao Deputado Ilídio Martins, que aqui solicitou alguns

esclarecimentos, nomeadamente no que diz respeito ao avião, o avião obviamente não pode ser substituído por um helicóptero que o trabalho que ele está a fazer é de uma escola de voo à vela e de rebocador, eu não conheço que exista um helicóptero rebocador para poder rebocar os planadores na escola de voo à vela, e esta é uma decisão do Executivo de manter a escola de voo à vela em funcionamento, portanto a sua substituição nunca poderá ser possível, com outro Executivo que queira acabar com a escola, então sim pode acabar com o avião rebocador, agora enquanto nós acharmos que essa é uma aposta, e que a queremos ganhar não pode ser substituído, aquilo que poderia acima de tudo era dizer assim: comprar-se um helicóptero, nunca substituir-se um avião porque eles estão a fazer dois papéis completamente diferentes e substancialmente diferentes. É este o esclarecimento, não me meto na proposta, mas o esclarecimento devido. Também não concordei com o Deputado Ilídio Martins quando disse que este Executivo é menos forte, eu não sei porquê, não sei porque é menos forte, nós mantivemos o número de eleitorado, mantivemos o número de Vereadores na Câmara Municipal, aumentamos substancialmente o número de Deputados Municipais, aumentamos substancialmente o número de Juntas de Freguesia, não consigo perceber porque é que é menos forte, temos muito orgulho em todos aqueles que aqui temos, acho que pelo contrário este Executivo ainda é mais forte e está reforçado, não é novo, é recauchutado, como disse, é verdade, mas há muitos pneus recauchutados que duram muito mais tempo do que os pneus novos, e fazem muitas vezes muito mais serviço, portanto acreditamos que este recauchutado, seja recauchutado de óptima qualidade e que assim vá para a frente. -----

-----Vamos então aos pontos da ordem de trabalhos que diz respeito às Opções do Plano e Orçamento. -----

-----O Orçamento para o ano de 2010 foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei. Foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98 de 26 de Maio), pedindo aos Presidentes das Comissões Políticas com assento na Câmara mas sem atribuição de pelouros que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a elaboração dos documentos previsionais, não se tendo obtido qualquer resposta. Na previsão de receitas foi seguido o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais definidas pelo mesmo. -----

-----Nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 (GOP'S),

constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, estão revelados os objectivos estratégicos definidos para o mandato que se avizinha e que dá continuidade ao traçado nos últimos anos por este Executivo Municipal, e que em nossa opinião contribui para o desenvolvimento do Concelho. -----

-----As dificuldades verificadas na entrada em vigor do QREN nos últimos anos, assim como o encerramento do anterior quadro Comunitário de apoio, têm contribuído para o atraso na execução de alguns projectos, na medida em que os meios próprios são insuficientes para a realização dos projectos de investimento. -----

-----A actual proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2010, contempla assim como prioridades as acções e projectos que estão em curso e/ou que registem algum atraso no pagamento, bem como as obras correspondentes às acções prioritárias enunciadas no QREN e que já foram homologadas as respectivas candidaturas ou se encontram em fase de apreciação. -----

----- A escassez de recursos financeiros próprios, associada ao continuado atraso no pagamento das verbas referentes a Contratos Programa e Fundos Comunitários, não têm sido impedimento à concretização dos Planos de Investimento, mas tem atrasado por vezes a liquidação com os fornecedores designadamente no último trimestre, pois no segundo trimestre, com a arrecadação de valores relativos a obras já concluídas, permitiu-nos liquidar praticamente a totalidade da dívida de curto prazo. -----

----- O PPI reflecte a despesa associada à realização dos projectos e acções previstas, concentrando-se em três grandes rubricas: as **funções gerais** com 21,95% do investimento; as **funções sociais** com 50,81% e as **funções económicas** com 26,76%, para um investimento total de € 12.196.465,00.-----

-----As prioridades do Plano Plurianual de Investimentos são: -----

-----Nos serviços gerais do valor global de € 2.676.639,00, destacam-se o sistema de vídeo vigilância dos edifícios municipais com € 330.373,00, a requalificação do largo do Convento com € 491.000,00 e a aquisição de diverso equipamento como a Motoniveladora (€ 200.000,00) a Retroescavadora (€ 70.000,00), as viaturas (€ 70.000,00) e as obras de arte (€ 100.000,00 e principalmente o Sistema de Apoio à Modernização Administrativa com € 635.000,00. -----

-----Quanto às **Funções Sociais** que assumem especial relevo na distribuição da despesa programada, representando mais de metade do valor total (50,81%) do investimento, traduzida em € 6.196.446,00, estão distribuídos pelas acções de maior interesse para a população, designadamente a Educação com 11,91 % e € 1.452.202,00 para a construção do Centro Escolar; a Acção Social com 2,75 % e € 335.000,00 destinados essencialmente à aquisição, reparação e construção de

habitações sociais e Centro Social de Castelo Branco. Ainda neste capítulo, mas no que respeita ao Ordenamento do Território onde se prevê um investimento de € 2.588.744,00 e 21,23 % do total, é de realçar as obras de recuperação da Zona Histórica da Vila com € 1.510.000,00, sendo que € 1.000.000,00 se destina ao arranjo urbanístico em várias aldeias do concelho. -----

-----O capítulo de saneamento regista o valor de € 985.000,00 que representa 8.08 % do total e destina-se á aquisição de Limpa fossas e desobstrutor (€ 284.000,00) e à construção de ETAR's compactas em diversas aldeias (€ 660.000,00). -----

-----Os capítulos das águas e dos resíduos sólidos, são os menos dotados, o primeiro (€ 111.000,00) porque as obras dessa natureza estão praticamente concluídas e o segundo (€ 10.000,00) porque este serviço é gerido pela Associação de Municípios do Douro Superior.-----

-----A protecção do meio ambiente e conservação da natureza regista € 200.000,00 repartidos de igual forma pela recuperação da ribeira do Juncal e ribeira de S. Martinho.-----

-----Quanto á cultura, desporto, recreio e lazer, concluídas que estão as infra-estruturas consideradas básicas, o montante global de € 514.500,00 destinam-se à melhoria dos mesmos com aquisição de equipamentos para além do Centro de Interpretação Ambiental e Unidade Museológica do Parque Natural do Douro Internacional, as obras complementares da Casa da Cultura e o Miradouro da Serra da Castanheira. -----

----- Relativamente às **Funções Económicas**, dos € 3.263.380,00 totais, € 688.000,00 vão para o capítulo da Industria e Energia, onde a obra de maior destaque é a construção do Núcleo de cozinhas regionais com € 500.000,00 e € 1.785.000,00 para os Transportes e Comunicações na melhoria das várias acessibilidades do Concelho e na qual está previsto um forte investimento não sendo de destacar nenhum valor em particular.-----

-----No capítulo do Comércio e Turismo dotado com € 730.380,00 destacam-se o Centro de Interpretação dos Produtos da Terra com € 500.000,00 e o Restaurante de apoio ao recinto das feiras com € 200.000,00. -----

-----Para finalizar no que diz respeito ao P.P.I. é de referir que se encontra em fase de execução o Canil Intermunicipal inscrito no documento em apreciação no capítulo das **Outras Funções** com € 60.000,00. -----

-----Fazendo parte das Grandes Opções do Plano, o Plano de Actividades Municipais com um total de € 4.937.489,00, traduz com rigor, as actividades com algum significado a levar a cabo durante o próximo ano nas mais diversas áreas. -----

-----Do valor global, 33,42% (cerca de € 1.650.000,00) destinam-se à recolha de resíduos sólidos, à limpeza urbana da Vila e aos encargos com empréstimos bancários. -----

-----Realçamos também o valor de € 795.000,00 destinado à Acção social, onde se destacam os protocolos celebrados com a Santa Casa da Misericórdia e o apoio às famílias carenciadas com a introdução e pela primeira vez da ajuda na compra de medicamentos para além do apoio à recuperação e melhoramento de habitações. -----

-----Como sempre fazem parte deste documento os vários eventos de índole cultural e recreativo com € 652.451,00 como o encontro de anciãos, Feira do Livro, Feira Medieval, Feira dos Gorazes, Diáspora, entre muitos outros. -----

-----Os apoios às várias Associações e Instituições, sociais, culturais e desportivas, não foram esquecidos, destacando-se aqui as verbas a transferir para os Bombeiros (€ 83.000,00), bem como as transferências para as Juntas de Freguesia (€ 500.000,00). -----

-----Quanto ao Orçamento no valor total de € 25.003.209,00, regista nas Receitas correntes o valor de € 10.398.906,00, enquanto nas Despesas Correntes apresenta o valor de € 14.604.303,00. -----

-----Sabendo que os recursos que as Autarquias têm ao seu dispor são escassos, a exigência de optimização dos mesmos torna-se uma necessidade cada vez mais premente. O Orçamento municipal revela-se assim um instrumento de gestão fundamental, onde se pretendem converter as intenções que figuram nos planos plurianual de investimentos e de actividades municipais em realizações, através da afectação dos meios financeiros necessários. Este objectivo de transformação de intenções em acções tem uma função inicial de previsão, consistindo na inscrição orçamental de todas as receitas e despesas que o município espera obter ou despende durante o ano a que se reporta o orçamento. -----

-----O presente relatório de Orçamento, contempla através de dados fundamentados e gráficos de suporte, justificação para os valores orçados, na senda do rigor previsionial, de forma a reduzir eventuais desvios entre a previsão e a futura execução. -----

-----A previsão das receitas e despesas, para o próximo ano é apresentada no quadro seguinte, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, Correntes e Capital. ----

-----Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2010 -----

Descrição	Correntes	Capital	Total
Receitas	10.398.906,00	14.604.303,00	25.003.209,00
Despesas	10.388.884,00	14.614.325,00	25.003.209,00

----- De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do

orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes. -----

-----EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DE RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA-----

-----Na execução dos Documentos Previsionais devem ser tidos em conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria, devendo os mesmos ser justificados quanto à sua economia, eficiência e eficácia e sempre com subordinação às regras previsionais constantes do POCAL. -----

-----Neste campo, revela-se de primordial importância a avaliação dos recursos, uma vez que a sobreavaliação das Receitas ocasionará uma ilusão de suficiência que estimulará a realização de Despesas relativamente às quais o Município não disporá efectivamente de fundos financeiros suficientes. -----

-----Para evitar esta situação de cálculo por excesso, as regras previsionais apresentadas no ponto 3.3 do POCAL condicionam a avaliação das Receitas, permitindo que o ajustamento das previsões se reflectam ao longo da execução do Orçamento através de alterações e/ou Revisões. -----

-----Assim sendo, surgem a par das regras previsionais mencionadas, as regras de “bom senso” e de “prudência”. A observância destas regras leva à utilização de dois métodos tradicionais para a previsão das receitas: -----

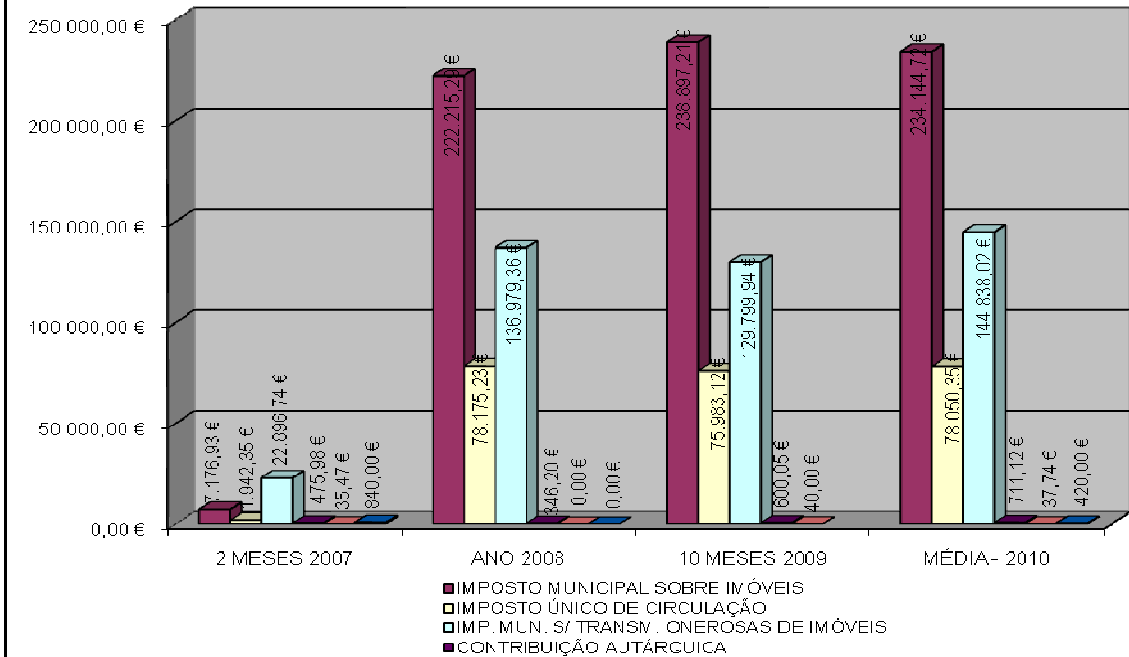
-----Avaliação Directa-----

-----a) O critério da média dos últimos exercícios, assenta na média aritmética dos resultados registados nos últimos dois exercícios económicos. O POCAL exige na alínea a) do ponto 3.3 a sua aplicação a receitas de variação irregular, como as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas, estabelecendo-se como medida de avaliação a média aritmética simples, das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento. -----

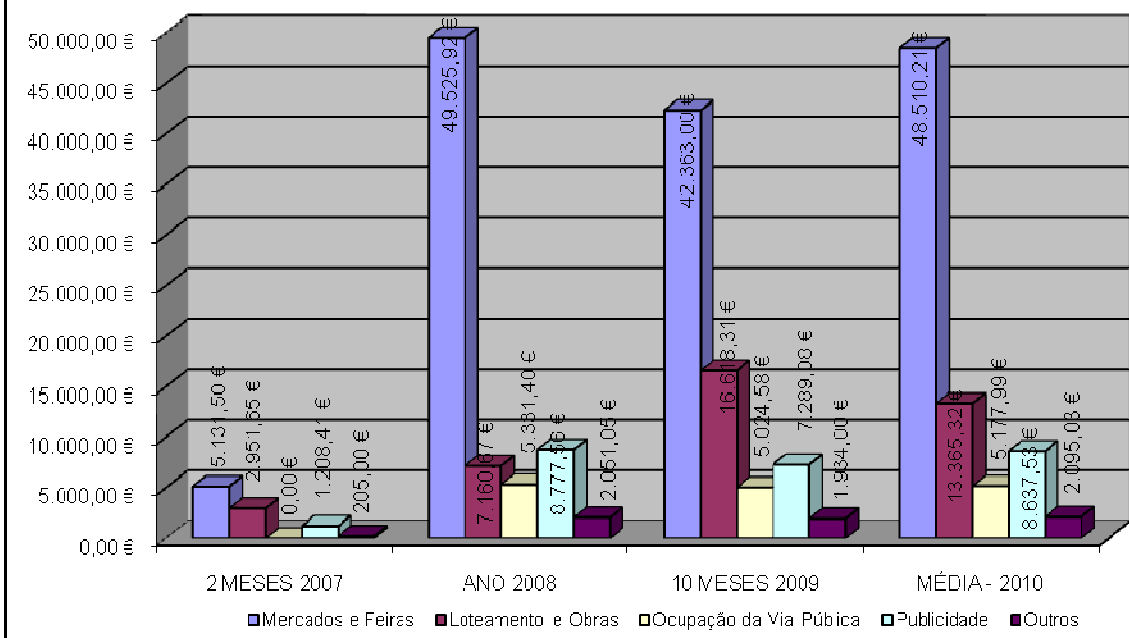
-----b) No cumprimento deste critério, é traduzido em gráfico a evolução de arrecadação da Receita, referente a impostos (directos e indirectos), taxas e tarifas: -----

-----Receitas Correntes-----

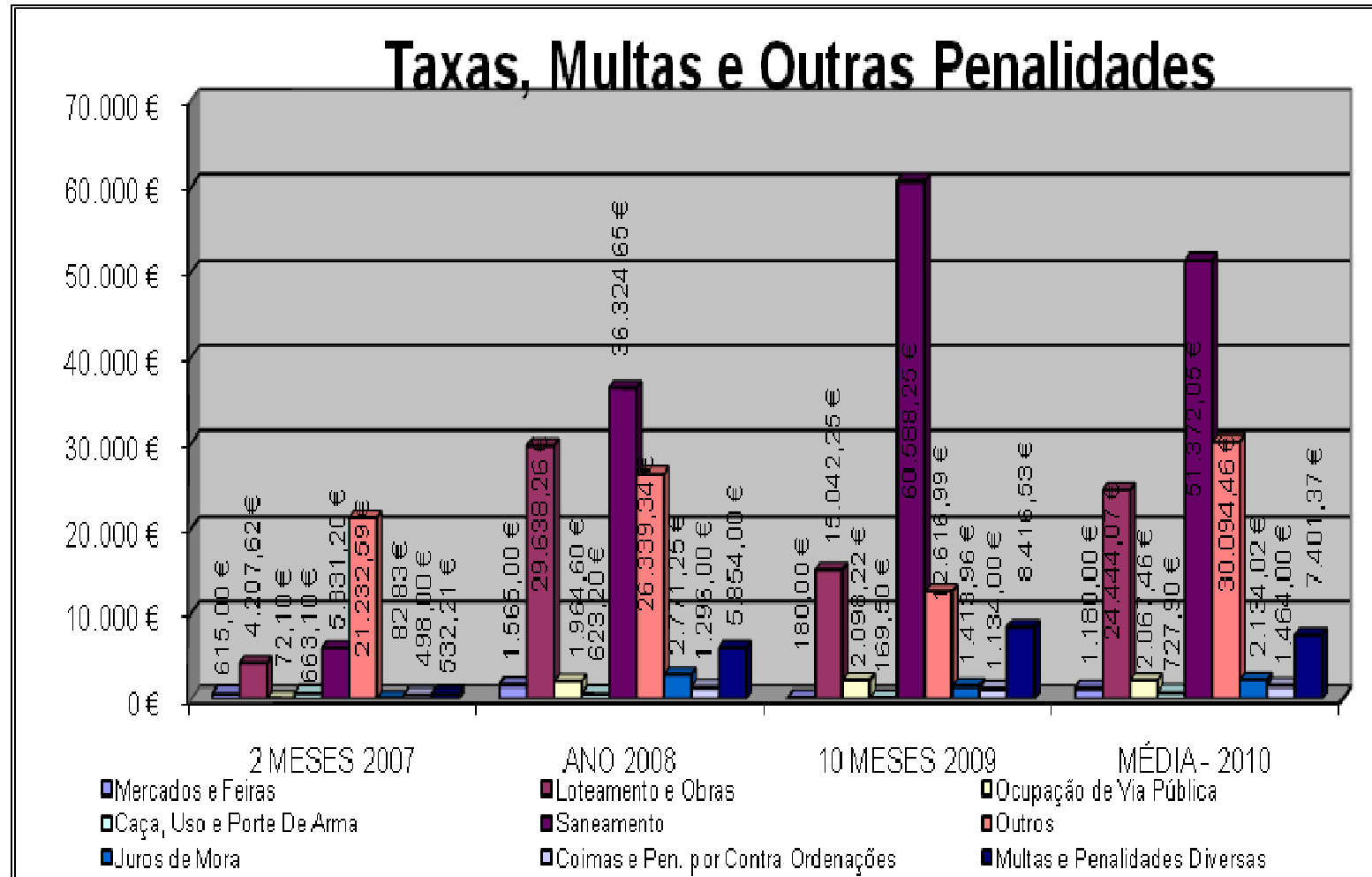
Impostos Directos



Impostos Indirectos



Taxas, Multas e Outras Penalidades



-----a) O Método da Avaliação Directa a aplicar em receitas com baixo grau de certeza quanto à sua previsão, assenta numa previsão da respectiva arrecadação, ponderando-se os dados dos últimos exercícios económicos ou quaisquer outros documentos de objectiva credibilidade e fiabilidade, tendo sido utilizado para o seu apuramento nos seguintes capítulos: -----

-----**Rendimentos de propriedade:** -----

-----Juros – Sociedades Financeiras-----

-----Bancos e outras Instituições Financeiras-----

-----Ponderada a arrecadação de receita a título de juros de depósitos, dos últimos exercícios, o Município prevê para o ano de 2010 arrecadar € 9.300,00. -----

-----**Dividendos e Participações nos lucros em empresas participadas:** -----

-----O Município detém participações financeiras no Laboratório Regional de Trás-os-Montes, o que considerando os valores de anos anteriores, prevê-se a distribuição de dividendos no valor € 7.762,00.-----

-----**Rendas** -----

-----O montante de € 566.708,00 constante deste item, diz respeito essencialmente ao valor previsto arrecadar com as rendas pagas trimestralmente pela EDP. -----

-----**Transferências Correntes** -----

-----Estado -----

-----As transferências correntes traduzem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem qualquer afectação pré-definida. -----

-----Uma vez que o Orçamento do Estado ainda não foi aprovado, determina a Lei que devem ser inscritos no Orçamento os valores correspondentes ao ano anterior, assim e como base no Mapa XIX – Transferências para os Municípios, constante do Orçamento de Estado para 2009 – só podemos contar para o nosso Município no próximo ano económico, o mesmo valor de € 5.779.941,00, distribuídas da seguinte forma: -----

-----Fundo de Equilíbrio Financeiro – € 5.448.957,00 -----

-----Fundo Social Municipal -----€ 143.301,00-----

----- Participação fixa no IRS -----**€187.683,00**-----

----- Neste capítulo prevê-se arrecadar ainda € 1.110.000,00, provenientes da DREN (educação), Administração Interna (processos eleitorais e recenseamento), DGAL (transportes escolares) e DGRF (gabinete florestal). -----

-----**Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados** ----

Dizem respeito a receitas oriundas de parcerias e candidaturas a fundos comunitários designadamente a cursos de formação e Comemorações do Centenário da Morte de Trindade Coelho, rubricas onde se prevê arrecadar € 550.000,00. -----

-----**Serviços e Fundos Autónomos**-----

-----Compreendem receitas provenientes de institutos públicos e fundos autónomos, que no âmbito de determinados programas co-financiam o Município, destacando-se aqui o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o programa PEPAL, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social (jovens em risco e apoio a habitação) num total de € 450.000,00. ----

-----**Venda de bens e serviços correntes**-----

-----À semelhança dos impostos e taxas, foi efectuado um levantamento de receita arrecadada em exercícios anteriores e aplicada a média aritmética dos últimos 24 meses, registando-se neste capítulo o valor de € 671.225,00, cabendo o maior bolo à cobrança de água com € 438.658,00, e aos resíduos sólidos com € 81.917,00 para além dos serviços, recreativos, culturais e desportivos com € 64.361,00. -----

-----**Rendas** -----

-----As rendas num valor total de € 32.057,00, correspondem aos contratos de arrendamento de alguns imóveis com exploração comercial (central de camionagem, quiosque), arrendamento de habitação social (Ex. Fundo Fomento). -----

-----**Outras Receitas Correntes** -----

-----Rubrica de natureza residual para suportar eventuais receitas não especificadas, verificando-se por análise de exercícios anteriores uma previsão para o ano de 2010 de € 39.933,00, destacando-se aqui o valor previsto com o reembolso do IVA no valor de € 32.779,00. -----

-----**Receitas de Capital** -----

-----**Venda de Bens de Investimento** -----

-----Este capítulo desagregado em diversas rubricas (terrenos, habitações, edifícios e outros bens), regista um valor global de € 205.500,00, no entanto a maioria delas regista valores simbólicos que permitam ao Município arrecadar todo o tipo de receitas que eventualmente possam surgir, realçando-se aqui apenas o valor previsto na venda de terrenos com € 200.800,00. -----

-----**Transferências de Capital** -----

----- **Estado** -----

-----Conforme tinha sido dito para as Transferências Correntes, de acordo com o mapa XIX – transferências para os Municípios, constante do Orçamento de Estado para 2009, prevê-se para o ano de 2010 a seguinte transferência de capital: -----

-----Fundo de Equilíbrio Financeiro – € 3.632.638,00 -----

-----Outras transferências não incluídas no Mapa XIX: -----

-----Cooperação Técnica Financeira – € 300.000,00 – São aqui registadas as verbas provenientes das contrapartidas nacionais em programas no âmbito de Contratos-Programa, estando aqui incluídos os valores referentes à Biblioteca ainda em dívida. -----

-----Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados – € 9.812.000,00 – Registam-se aqui as verbas referentes a investimentos, objecto de candidatura ou já aprovadas e homologadas, esperando que o QREN seja o impulsionador principal e aproveitado ao máximo. -----

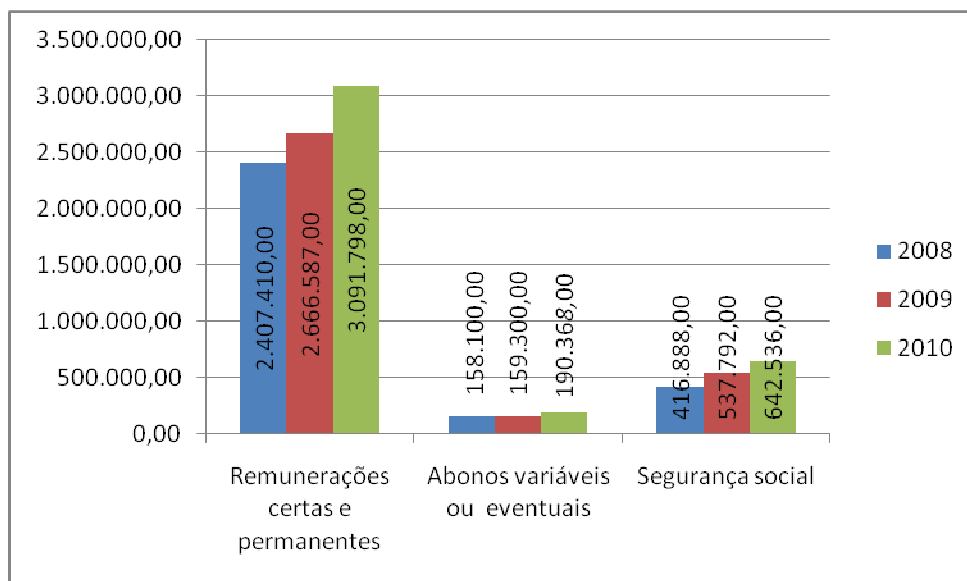
-----**2. PRINCIPAIS AGREGADOS DA DESPESA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA** -----

-----**DESPESAS CORRENTES** -----

-----**Despesas com pessoal** -----

-----As importâncias previstas de encargos com pessoal dizem respeito ao pessoal do quadro, pessoal contratado a termo certo e o pessoal avençado. Para efeitos de dotação inicial, as importâncias a contemplar devem corresponder à tabela de vencimentos em vigor, acrescida do valor da taxa de inflação prevista para 2010, a entrada de pessoal prevista ao longo do ano e ainda cerca de € 60.000,00 para correcções decididas pelo Tribunal. -

-----Assim o valor global das despesas previstas com pessoal incluindo os membros dos órgãos autárquicos (Câmara e Assembleia Municipal) é de € 3.948.702,00, sendo € 3.115.798,00 de remunerações certas e permanentes, € 190.368,00 de abonos variáveis ou eventuais e € 642.536,00 de encargos com a Segurança Social, conforme o seguinte gráfico: -----



-----**Recursos Humanos e Mapa de Pessoal** -----

-----Ao nível dos trabalhadores do município, têm vindo a ser, de forma clara registadas melhorias de qualificação, em particular a qualificação ao nível dos quadros superiores, com efeitos positivos na concretização das tarefas municipais, salientando-se a capacidade de iniciativa, a melhoria no planeamento, na organização dos recursos e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e na concretização dos investimentos. -----

-----O Mapa de Pessoal, elaborado conforme a lei que estabelece o regime

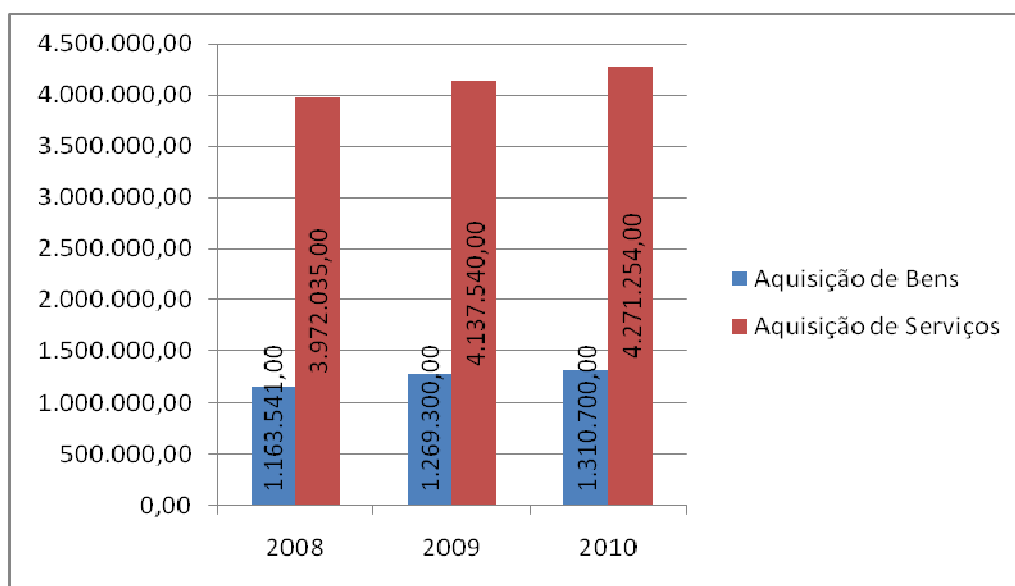
de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e que acompanha a proposta de Orçamento prevê novas admissões em diversas áreas de forma a colmatar algumas lacunas existentes designadamente no preenchimento de lugares em edifícios construídos nos últimos anos, como Biblioteca, Casa das Artes, Turismo entre outros. -----

-----**Aquisição de bens e serviços correntes**-----

-----Para o apuramento da previsão da despesa neste capítulo e para 2010 foi efectuada uma avaliação directa das despesas, identificando os contratos de execução, quer os de prestação de serviços quer os de aquisição de bens. Foram ainda contemplados os compromissos assumidos durante o ano de 2009 e que se prevê não serem pagos no ano em curso, a transitar para o próximo ano. -----

-----Para as despesas obrigatórias das quais não existe quantificação global foi efectuada uma análise dos encargos mensais dos últimos exercícios para cálculo anual a inscrever em 2010, com base nas contas correntes e respectivos balancetes, resultando uma previsão global para o capítulo 02-Aquisição de bens e serviços de € 5.605.954,00 sendo € 1.334.700,00 de bens e € 4.271.254,00 de serviços, conforme gráfico: --

-----Nunca é demais referir que o facto de ao longo dos últimos anos ter sido feito um grande investimento na construção de diversas infra-estruturas, leva a que as mesmas sejam mantidas, o que obriga a um aumento gradual das despesas correntes, designadamente no que se refere a energia eléctrica, recursos humanos e equipamento entre outros, destacam-se no entanto os valores relativos à recolha e tratamento de resíduos sólidos, a varredura da Vila, os transportes escolares e os custos com energia eléctrica e iluminação pública. -----



-----**Outros encargos**-----

-----Neste capítulo estão registados os valores comunicados pelas diversas entidades bancárias, relativamente aos contratos de empréstimos de médio e longo prazo assumidos e utilizados, bem como os juros de locação financeira relativo ao contrato de leasing para a aquisição do edifício do antigo Banco Pinto & Sotto Mayor num valor total de € 106.278,00 para 2010, valor que caiu cerca de € 300.000,00 em relação ao ano anterior devido à queda das taxas de juro. -----

-----**Transferências Correntes**-----

-----Neste capítulo cabem as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes sem qualquer contraprestação directa para com o Município, cujo fundamento se traduz na persecução de eventos de interesse local e/ou actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, bem como forma de apoiar classes sociais desfavorecidas. -----

-----Cabem aqui também as transferências para as Juntas de Freguesia (relacionadas com os processos eleitorais), as instituições sem fins lucrativos a título de comparticipação financeira no desenvolvimento das suas actividades correntes e ainda as transferências para Associações relativa às quotizações anuais, num valor total de € 670.035,00. -----

-----**Outras Despesas Correntes**-----

-----Este capítulo regista apenas o valor de € 31.815,00, cabendo aqui as despesas com impostos e taxas, restituições, IVA a pagar, serviços bancários e outras despesas de valor residual.-----

-----**DESPESAS DE CAPITAL**-----

-----**Aquisição de Bens de Capital**-----

-----**Investimentos** – Neste capítulo são consideradas as despesas com a aquisição dos bens que contribuem para a formação do capital fixo e que coincide com o valor do Plano Plurianual de Investimentos. Assim o valor é de € 12.196.465,00, o qual reflecte uma queda superior a € 3.000.000,00 em relação ao ano anterior, no entanto as transferências de capital aumentam em cerca de € 600.000,00. -----

-----**Transferências de Capital** – Estas transferências destinam-se a financiar despesas de investimento das instituições beneficiárias, estimando-se para 2010 uma previsão de € 1.528.000,00, onde se destaca o valor a transferir para as Juntas de Freguesia (500.000,00), Associações (213.000,00) Centros Sociais e Santa Casa (€ 600.000,00). -----

-----**3. Passivos Financeiros**-----

-----**Empréstimos a médio e longo prazo** – Este capítulo compreende as operações financeiras que envolvam pagamentos decorrentes de amortização de empréstimos. Baseado no mapa de empréstimos contraídos por este Município, bem como no plano de encargos das respectivas instituições bancárias, foi efectuado um apuramento para 2010 de

€ 720.860,00 estando já incluído o empréstimo contratado em 2008 e que ainda não foi totalmente utilizado. -----

-----4 - ENCARGOS COM A ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----No cumprimento do estipulado no artº. 52 da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, são inscritas no orçamento municipal, em rubricas específicas da despesa, para pagamento de senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal, bem como para aquisição de bens e serviços necessários ao seu funcionamento e representação, resultando uma previsão para 2010 de € 70.000,00 o que não representa qualquer aumento em relação ao ano anterior. -----

-----5 - POUPANÇA CORRENTE -----

-----O princípio do equilíbrio corrente determina que o orçamento deve contemplar os recursos necessários para cobrir todas as despesas correntes e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Neste caso particular as receitas correntes são superiores às despesas correntes em apenas €10.062,00, valor que continua a decrescer nos últimos anos. -----

-----Portanto, meus amigos, esta é a apresentação dos documentos que aqui vos trazemos e que consideramos serem documentos elaborados com muita seriedade e com muito rigor, macei-vos, por certo, de alguma forma ao explicar isto tudo, mas eu julgo que estes documentos são tão importantes, que ao votar devem saber rigorosamente o que se está a votar, e as rubricas nem sempre nos explicam aquilo a que dizem respeito, portanto este tempo que aqui gastei, espero ter sido ganho, e não ter sido perdido, peço-vos pois a todos, que ao analisarem este Plano de Actividades, nos possam dar uma votação favorável já que aqui se mostra o que queremos fazer com a maior das clarezas”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “o que me compete dizer sobre este Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos é o seguinte: contrariando, no fundo também, logo de início, o que diz na sua apresentação o Vice-presidente, ao dizer aqui que foi respeitado o estatuto do direito da oposição, em meu entender não foi respeitado, na medida em que o que foi pedido foi medidas avulsas, para ser respeitado o estatuto do direito da oposição deveriam ter submetido um documento com as propostas de Orçamento e de Plano de Actividades, e aí sim a oposição, as suas comissões políticas, se iriam pronunciar sobre esse documento, não lhe enviaram qualquer documento, quer ao Grupo Parlamentar PS, quer ao do CDS, portanto em minha opinião não foi respeitado o estatuto do direito da oposição, (fim da gravação na presente faixa da banda magnética) ... por outro lado também foi feita aqui muita referência dos princípios que foram respeitados, mas de certa forma, com o que aqui foi afirmado há contradição, e o princípio que foi tão falado na intervenção do Senhor Vice-presidente, em que diz que o princípio das receitas e das despesas

correntes, que foi respeitado, há algo que não bate certo, e eu vou ler o que aqui está escrito por si: quanto ao Orçamento no valor de € 25.003.209,00, regista nas Receitas Corrente o valor de € 10.398.906,00, enquanto das Despesas Correntes apresenta o valor de € 14.604.303,00, isto é a Despesa Corrente é superior em 4 milhões à Receita Corrente, ou há erro na parte dos documentos previsionais, ou há erro na parte que está aqui escrita, que está firmada pelo Senhor Vice-presidente. Convém ter mais cuidado na elaboração destes documentos, e solicita-se para corrigir essa afirmação porque não está de acordo com o documento que está apresentado. Um dos principais vectores do Plano Plurianual de Investimentos destaca-se a construção de raiz da Escola EB1, da Escola Básica, mais a remodelação da zona histórica, gostava-mos, da parte do Grupo Parlamentar do P^S, que fosse neste Plano Plurianual de Investimentos, de uma vez por todas porque já vão lá oito anos, e de facto não conseguiram adiantar, ou aliás resolver o problema do abastecimento de água ao sector nascente, continua o problema por resolver, e o mais grave ainda é afirmar no seu relatório, que o capítulo das Águas e dos Resíduos Sólidos são os menos dotados, isso é verdade, mas a conclusão a que chegam é que são os menos dotados porque está praticamente tudo concluído; se está concluído, então porque é que nunca mais se resolve o abastecimento de água ao sector nascente? Também aqui há de facto uma contradição, com as necessidades do concelho na parte do sector nascente quanto ao abastecimento de água, e aquilo que é dito no relatório pelo Senhor Vice-presidente. -----

-----Continuamos como no ano anterior com o número de Planos de Pormenor ao custo de mil euros, de facto parece que continuam em saldo, mas o aproveitamento desses Planos de Pormenor parece que tem sido nulo, porque que se saiba não foram executados nenhuns, portanto continuam em saldo, mas já agora aconselha-se que a esse preço o Executivo aproveite e mande fazer mais alguns para ver se de facto conseguimos resolver o problema dos Planos de Pormenor. -----

-----Queria também saber, porque aparece no Plano de Investimentos nas funções mais relevantes, a participação no capital social da sociedade de sistema multimunicipal de águas e esgotos no valor de 168 mil euros, gostaria que informasse esta Assembleia de que sociedade se trata, e onde foi retirado este valor, dos 168 mil euros, em que está referido no capital social desta dita sociedade. -----

-----Quanto às transferências de capital para as freguesias no valor de 500 mil euros, há um reforço em relação ao ano anterior, mas há uma diminuição ao que foi orçado nos dois anos para trás, que eram 650 mil, de qualquer forma chegámos também à conclusão de que pouco adianta inscrever estas verbas no orçamento porque as Juntas de Freguesia não têm sido, pelo menos a grande maioria das Juntas de Freguesia não tem recebido as transferências de capital, não há justeza, nem justiça nessas

transferências, praticamente é feito à discricionalidade de quem faz essa distribuição das verbas, convinha que de facto fosse proposto a esta Assembleia um mapa efectivo das transferências de capital a que cada Junta de Freguesia tem direito para saber com o que é que conta no decorrer do ano que se vai iniciar. -----

-----Também queria que esclarecesse esta Assembleia porque da análise do Plano Plurianual de Investimentos aparece uma rubrica em que refere a aquisição de uma viatura móvel para a loja de cidadão, dá-me impressão que é esse o nome; queria saber qual é a função dessa viatura? Se com esta viatura pretendem acabar com as funções da Junta de Freguesia? Ou se a função é outra? Convém esclarecer do que é que se trata, da aquisição desta viatura, com funções de loja do cidadão, e com certeza que irá competir com as Juntas de Freguesia. -----

-----Por outro lado no âmbito global este Orçamento, e por isso será também a consequência no Plano de Actividades, este Orçamento está demasiado empolado porque em nosso entender e da análise que foi feita, a receita não ultrapassará entre os 16 a 17 milhões de euros, há um empolamento na ordem dos 8 a 9 milhões de euros. Ao dizer que não se quer criar expectativas goradas, mas de facto assim vai acontecer porque a receita global para o ano de 2010 não ultrapassará na melhor das hipóteses os 17 milhões de euros, como tal o PS representado nesta Assembleia vai-se abastecer à votação deste Orçamento e Plano de Actividades”. -----

► **FRANCISCO LOPES** usou da palavra e disse: “ depois de ter consultado o presente documento do Plano apresentado pela Câmara Municipal, lamento profundamente que o Executivo não tenha tido em atenção a existência de duas anexas da freguesia de Mogadouro (Zava e Figueira), pois apesar das minhas diligências não foram contempladas com qualquer obra, que no tocante a Zava são com evidência necessárias, espero que o Executivo venha a contemplar Zava com pelo menos a repavimentação das suas ruas que se encontram degradadas, como é do conhecimento geral, no entanto nessa esperança votarei favoravelmente os documentos que são apresentados”. -----

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “não vou fazer considerações, apenas uma pequena apreciação destes documentos. Quem leu com atenção a certidão da acta do Executivo sobre a aprovação destes documentos, aqui reproduzida verbalmente pelo Senhor Vice-presidente da Câmara, há bocadinho, não precisa mais nenhuma explicação, tanto em termos técnicos como políticos, no entanto quero referir que para nós, bancada parlamentar do PSD os documentos estão elaborados de acordo com o estipulado na Lei, não só pelo facto de cumprirem no que se refere a receitas todos os objectivos legais, como as regras de bom senso e de prudência como é referido na citada certidão; em relação aos valores que constam na acta sobre a receita, de facto houve aí um lapso, nunca as

despesas correntes poderiam ser superiores às receitas correntes, evidentemente, mas nos documentos que constam do próprio Orçamento estão cá bem designadas e estão correctas. -----

-----Senhor Vice-presidente da Câmara, damos os sinceros parabéns ao Executivo que idealizou, elaborou, e aprovou estes documentos, assim como à equipa coadjuvante, pois traduzem a grande maioria daquilo que nós queríamos ver mencionado. São documentos que satisfazem de certeza absoluta o interesse dos Mogadourenses e o desenvolvimento do Concelho.

-----Com a aquisição de mais uma máquina moto niveladora e de mais uma retroescavadora as Juntas de Freguesia ficam muito mais beneficiadas, pois a maior parte do trabalho será feito para as Juntas. Numa época de crise económica mundial, Portugal não foge à regra e é possível que a execução não seja a melhor, mas aí ninguém pode fazer nada, portanto Senhor Vice-presidente da Câmara, da minha parte congratulo-me com o que está registado, e como já é sabido e natural, por serem bons documentos nós vamos votá-los a favor”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “em relação ao Plano de Actividades, Vale de Porco continua a ser, senão prejudicado, pelo menos vê que muitas freguesias são claramente beneficiadas em relação a Vale de Porco, e eu falo só em relação a Vale Porco, porque realmente é só em Vale Porco que eu tenho que falar, penso que Vale de Porco precisa de muito mais, e precisa de vir mencionado também no Plano e Orçamento com mais obras, mas recorro por exemplo a presença de uma obra que é a fossa séptica de Vale de Porco que vem precisamente mencionada neste Plano e que já é habitual, isto já vem há cerca de..., não quero exagerar, mas todos os anos, esta fossa vem como uma obra para Vale de Porco e sucessivamente vai sendo adiada e vai ficando para o próximo ano, espero bem que este seja de facto o ano em que essa fossa séptica será instalada em Vale de Porco, tanto mais que as tampas que se encontram na actual fossa estão corroídas com ferrugem, e ali à beira da estrada, é de facto um perigo eminente que ali está, qualquer criança, qualquer pessoa que ali passe corre o risco de cair lá para dentro e depois será..., espero bem que não, que não se venha a perder nenhuma vida humana por causa disso. -----

-----Depois encontrei ali no Orçamento a aquisição de máscaras e trajes tradicionais, gostaria que me fosse esclarecido, a que máscaras e a que trajes tradicionais se refere aquela rubrica, já que lá não é de facto esclarecido e mencionado, porque de facto Vale de Porco já uma série de anos a esta parte que anda a fazer um trabalho de incrementação da sua tradição com a máscara de Vale de Porco, tem feito bastante trabalho nesse aspecto, e se assim for acho bem que Vale de Porco seja contemplado na aquisição dessas máscaras. -----

-----Gostaria de saber como é que a partir de agora nós podemos fazer os

protocolos com a Câmara Municipal mencionando obras que pretendamos realizar nas nossas freguesias, porque eu não vi isso ali mencionado, e tenho de facto algumas obras que pretendia realizar através de protocolos a estabelecer com a Câmara Municipal, gostava que me fosse dito se ainda me é permitido elaborar protocolos com a Câmara Municipal para realizar essas obras, porque eu não vejo outra forma de as poder realizar”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “estamos num ponto importantíssimo para a gestão do Município, a discussão dos documentos formais que traduzem um plano de intenções, uma orientação política de intervenção e de investimento no Concelho que se traduzirá, como toda a gente sabe no bem-estar das populações. -----

-----Grandes Opções do Plano – Exercício de 2010, são documentos formais que traduzem de facto, e antes de mais um plano de intenções, quer ao nível da orçamentação, quer ao nível das actividades, dos projectos, das intervenções que se prevê serem feitos. Em princípio nós aceitamos e compreendemos politicamente a posição da oposição, ver nestes documentos este, ou aquele defeito, este ou aquele exagero, mas também já vamos habituados a muitos anos a esta parte ouvir sempre o mesmo tipo de lamentos, o mesmo tipo de encenação, o mesmo tipo de dramatização relativamente a estes documentos, e de facto depois como tradução dessa postura a abstenção por parte da bancada da oposição, aceitamos e compreendemos, e de facto estamos habituados a que a oposição numa espécie de fundo documental vá buscar nos seus CD’s, nos seus DVD’s meia dúzia de adjectivos que sacaram do dicionário e que servem muito bem para caracterizar estes documentos como sendo exagerados, irrealistas, empolados, e por aí fora. Assim sendo acontece que de quatro em quatro anos há eleições e se em mandatos anteriores era já esta a leitura e a análise feita destes documentos, não foi por aí que a população do Concelho de Mogadouro deixou de acreditar na capacidade de execução dos Executivos em exercício. As Grandes Opções do Plano para o exercício de 2010 apresenta-nos de facto as orientações e as propostas de trabalho que faziam parte de um programa eleitoral que o PSD apresentou ao eleitorado, e tanto quanto sabemos essas propostas do programa apresentado foram as vencedoras, e estes documentos traduzem precisamente a necessidade de concretização dessas propostas. Estes documentos traduzem portanto o início de um ciclo de concretização do programa apresentado nas eleições de Setembro ao eleitorado do Concelho, e reforçam de facto uma intenção de investimento nas políticas sociais, na educação, no desporto, não se esquecendo as infra-estruturas básicas essenciais, abastecimento de água e outras áreas de extrema relevância para o Concelho. É óbvio que não nos surge neste documento qualquer proposta de combate ao abandono escolar como alguns partidos nos respectivos programas apresentaram, porque de facto no Concelho de Mogadouro, tanto quanto sabemos, e sabemos do que

estamos a falar, não há qualquer abandono escolar, o abandono escolar é insignificante, o que aqui temos nestes documentos é a preocupação com as condições em que a educação se desenvolve, daí ser apresentada uma proposta que tem a ver com o investimento para a criação de um centro escolar em Mogadouro ao nível do ensino pré-escolar, e ao nível do 1º ciclo do ensino básico. O Orçamento previsional, é o Orçamento proposto, foi dito aqui que não é possível, ou que será impensável a concretização de um Orçamento com estas verbas, um Orçamento é uma previsão, e de facto é habitual haver falhas nestas previsões, de tal forma que, ainda não há muito tempo, o Governo do PS apresentou na Assembleia da República uma proposta de aprovação de um orçamento rectificativo, é porque afinal as contas não estariam bem-feitas, orçamentos, são orçamentos, previsões, o que é certo é que estes documentos ao nível do plano de intenções, ao nível das actividades e orçamentação traduzem equilíbrio, bom senso e racionalidade; no momento de grande contenção económica, de crise, que toca todos os sectores, a economia em geral, não podia ser de outra forma, portanto em conclusão estamos perante documentos que traduzem o início de um ciclo que dá continuidade àquilo que se vinha fazendo, e sendo sustentado na racionalidade, no bom senso, em ideias claras daquilo que faz falta ao Concelho, a bancada social-democrata dá os parabéns a este Executivo e votará favoravelmente estes documentos, da nossa parte, posta nestas considerações, penso que o Senhor Presidente da mesa da Assembleia aquilo que deverá fazer é pôr de imediato os documentos à votação, esta é a nossa intenção, é aquilo que propomos”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “em relação às Grandes Opções do Plano para 2010 ouvimo-la atentamente, parece-me que já foi tudo dito, acho que poderia ir um bocadinho mais além na parte social, mas depois futuramente irei relatar, agora Senhor Presidente queria só fazer duas perguntas ao que vem lá descrito, e uma é em relação à comparticipação dos medicamentos não comparticipados, eu perguntava: quais os critérios que vão ser definidos? Qual a metodologia a adoptar? Acho que este assunto não devia ser entregue à Santa Casa por motivos que quero proteger, mas sim a uma comissão composta por Assistentes Sociais, sendo uma da Santa Casa, outra da Câmara Municipal e outra do Centro de Saúde, e ainda outra de um elemento qualquer de outra entidade, para a coisa ser transparente; a 2ª pergunta, eu queria perguntar ao Senhor Presidente se V. Exa. me informava o seguinte: nas Grandes Opções do Plano vem descrito Operadores de Central, eu queria saber o que são? O que fazem? E qual a secção da Câmara onde exercem funções?”-----

► **VICE - PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “Deputado Municipal Aníbal Moreno começou por dizer que não cumprimos o estatuto do direito da oposição que é a Lei 24/98, eu vou ler o ponto 3: *os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, e que não*

façam parte dos correspondentes Órgãos Executivos, só nesse caso, e neste caso isso não se verifica, porque ambos fazem parte do Órgão Executivo, ou que neles não assumam pelouros, que é o caso, poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções Executivas têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos Orçamentos e planos de Actividades, que foi aquilo que nós fizemos, enviámos uma cartinha aos Presidentes das comissões políticas a pedir sugestões para aquilo que entendessem que devia fazer parte do nosso Plano e do nosso Orçamento, foi feito pela primeira vez, apesar de ser uma Lei de 98, julgo que foi a primeira vez que foi feito (ouviram-se vozes), muito obrigado Osvaldo, então não foi a primeira vez, mas foi feito, estamos de consciência tranquila de termos cumprido as nossas obrigações. -----

-----O abastecimento de água está expresso que tem 111 mil euros para 2010, o abastecimento de água à zona nascente, e que se prevê 1 milhão e 950 mil para 2011, e isto tem muito a ver, e entrelaça com outra das questões que aqui levantou que tem a ver com as Águas de Portugal e com os 168 mil euros que há de dívida às Águas de Portugal e que nunca pagámos, até hoje, porque entendemos que foi, como sempre aqui foi dito, um erro crasso, não só político, mas um erro crasso em termos concelhios, a assinatura e entrada para as Águas de Portugal, foi feito extemporaneamente, não devia ter sido feito, achamos e é esta a nossa opção, que não devia ter sido feito, e continuamos a batalhar e tudo faremos para sair das Águas de Portugal; e esta é uma questão que não andamos a titubear, sabemos claramente aquilo que queremos fazer, agora só podemos fazê-lo com a aprovação do Ministro do Ambiente, é assim que está na Lei, tentaremos, há mais documentos enviados para o Ministério do Ambiente, há mais pedidos de audiência com o Ministério do Ambiente, e tentaremos até ao extremo sair das Águas de Portugal porque é a forma de proteger a Agricultura, e a forma de proteger a grande parte da população do Concelho de Mogadouro, isto para nós é muito claro. -----

-----No que falou das Despesas Correntes e das Receitas Correntes, efectivamente está aqui escrito neste parágrafo que são 14 milhões de Receitas Correntes, e que obviamente viu que não estava correcto porque está aqui em baixo 10 milhões e 388 mil, muito obrigado, vamos corrigir, mas está feito com rigor e está feito dentro da legalidade. -----

-----A viatura móvel, aquilo que queremos implementar é abrir a Câmara Municipal para o resto da população, e isto da viatura móvel é levar os serviços da Câmara Municipal, não da Junta de Freguesia, mas os serviços da Câmara Municipal a cada uma das freguesias, e em que coisas que têm que ser tratadas na Câmara Municipal, possam, através desta loja móvel, numa viatura móvel com técnicos da Câmara ser tratados na própria população, é esta a nossa finalidade, nós não queremos tirar nada às Juntas, antes pelo contrário, nós queremos dar as melhores condições possíveis a

toda a população, e não retirar nada do que esteja a ser feito. -----
-----Falou-se aqui também em protocolos com as Juntas de Freguesia, dizem-nos que algum tipo de protocolos não tem suporte legal, e é muito simples, o GTJ, o Gabinete Técnico Jurídico, já pediu um parecer à Associação Nacional de Municípios para que nos diga claramente quais são os tipos de protocolo com as Juntas de Freguesia que podemos elaborar. Todos queremos saber as linhas com que nos cozemos, ninguém daqui quer cometer nenhum tipo de irregularidade, ou de ilegalidade, mas temos todos que ter os pés assentes, e os pés assentes vão ser com a resposta ao parecer que pedimos à Associação Nacional de Municípios, e que o seu Conselho Jurídico, nos dirá que tipos de protocolos podemos elaborar com as Juntas de Freguesia. Este parecer será também dele dado conhecimento à Assembleia Municipal quando ele chegar, para que todos possamos saber aquilo que existe. -----
-----Orçamento demasiado empolado, vê-lo-emos no fim, é em Abril de 2011 que nós sabemos se o Orçamento está demasiado empolado, ou se não está demasiado empolado, não há mais nada a dizer sobre isso. -----
-----Senhor Francisco Lopes, Senhor Presidente da Junta de Mogadouro, falou em Zava e em Figueira, e com razão naquilo que diz, tentaremos também que as suas palavras no final do ano não tenham exequibilidade, ou seja que aquilo que possamos fazer em Zava e Figueira possa valer a pena e que possamos todos também orgulharmo-nos disso. -----
-----Senhor Presidente da Junta de Vale de Porco, as tampas que estão podres, das fossas, até ao final do ano as tampas estarão colocadas, já foram mandadas fazer, o Vereador Pimentel acabou de me dizer isso, até ao final do ano estarão colocadas, estarão no lugar, resolveremos isso até ao final do ano. -----
-----As máscaras e os trajes, pois é nossa intenção dar-lhe aqui um implemento muito grande a todo esse tipo de actividades culturais e portanto neste tipo de aquisição. -----
-----Dos protocolos já falei também, portanto vamos aguardar para ver. ---
-----Senhor Professor José Maria, a leitura que é feita, efectivamente é a nossa leitura, que é feita do Plano e do Orçamento e que concordamos (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ... o sindicato levantou um processo porque estavam a fazer a progressão transversal e que achavam que era vertical, e que as Câmaras, eu não vou dizer quais foram os Executivos, que não tenho que os dizer, as Câmaras entenderam, os Executivos, ao longo dos tempos que não era assim, até porque há muitos funcionários em idênticas circunstâncias que estão também a ser progredidos de forma horizontal, no entanto o tribunal em relação a estes veio dar o despacho final, recorreremos até onde se podia recorrer, e o despacho final é: os funcionários têm direito, pague-se, e é isso que temos que fazer, não temos que discutir as ordens do tribunal, discutimos até onde

podíamos discutir, apresentámos o que tínhamos que apresentar, mas temos que pagar e ponto final. -----

-----Aníbal Moreno, em relação às Juntas de Freguesia, vamos receber primeiro aquilo que nos diz a Associação Nacional dos Municípios, do parecer das transferências e de protocolos com as Juntas de Freguesia, falaremos depois disso”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos proceder à votação dos pontos **2.2 *Análise e deliberação sobre “As Grandes Opções do Plano – Exercício de 2010”***. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Este ponto foi aprovado com votos contra (0) zero, abstenções (10) dez, a favor (37) trinta e sete. -----

-----**2.3 *Análise e deliberação sobre “Orçamento Municipal – Exercício 2010”***. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Este ponto foi aprovado com votos contra (0) zero, abstenções (10) dez, a favor (37) trinta e sete. -----

-----Estará agora em condições de o Senhor Lima, se quiser fazer a declaração de voto por escrito, ficará apensa à acta, se quiser torná-la pública faz favor”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “caro amigo do Grupo Parlamentar do PSD, com certeza vai-me criticar, mas terá que ouvir: durante a campanha eleitoral num dos nossos informativos perguntávamos às pessoas, se alguma vez a Câmara, *(o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: tem que ser declaração de voto, a declaração de voto é assim: o CDS absteve-se por esta razão. A declaração de voto é sucinta)*. Portanto eu estava a dizer que durante a campanha eleitoral num dos nossos informativos perguntávamos às pessoas, se alguma vez a Câmara vos perguntou se precisáveis de um arranjo em casa e se precisáveis de dinheiro para comprar os medicamentos, estamos satisfeitos porque a voz do CDS foi ouvida, deu frutos, chamou a atenção para um problema social do momento. O CDS fez mais perguntas às pessoas do Concelho, perguntou se tinham transporte para irem ao médico, e porque não recebiam o dinheiro da floresta e outras informações. A anunciada verba para a aquisição de uma viatura tipo loja do cidadão itinerante é bem-vinda porque vai aproximar a Câmara dos cidadãos, a voz do CDS foi ouvida, ou melhor, os Senhores têm bons ouvidos e receberam e perceberam a mensagem. Na

parte da acção social os Senhores entregaram à Misericórdia 795 mil euros com as seguintes distribuições: 435 mil euros para protocolos com a Santa Casa da Misericórdia, 190 mil para as famílias carenciadas, 100 mil para a compra de medicamentos, e 70 mil no apoio à recuperação das habitações (ouviram-se vozes), *(o senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: Senhor Lima o Senhor não pode transformar uma declaração de voto numa intervenção. O Senhor tem todo o direito de fazer uma declaração de voto, mas não pode estar a substituir uma declaração, por uma intervenção)*, eu estava a fundamentar, a dizer, a igualar, a equiparar os temas que estava a dizer em relação àquilo que se estava a discutir, mas se o Senhor Presidente acha, eu não continuo, eu não quero ferir susceptibilidades. *(O Senhor Aníbal Moreno interrompeu e disse: Senhor Presidente da Mesa, um ponto de ordem à Mesa, de facto esta intervenção que o líder da bancada do LDS está a fazer, não se coaduna com a declaração de voto, no entanto devo lembrar o Senhor Presidente da Mesa, que ela é resultado da forma como dirigiu os trabalhos quando ele pediu para fazer uma declaração de voto e com certeza que era esta, o Senhor lhe disse que a fazia no fim, depois da votação, induziu de facto o líder do LDS em erro, portanto neste momento também a mesa tem responsabilidades por ele ter que fazer a declaração de voto nesta altura).* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu admito que como se trata de um Senhor Deputado que não está ainda familiarizado com estes trabalhos da Assembleia e que talvez não tivesse ainda tempo de estudar o regimento que lhe foi enviado, admito que ele tenha essas dúvidas, e nós temos que ser receptivos a estas dúvidas, eu só estou a dizer ao Senhor Deputado que não transforme uma declaração de voto em intervenção, o que o Senhor está a fazer é uma intervenção, talvez subjacente à questão do Orçamento, tudo bem, mas no fundo está a fazer uma intervenção que a devia ter feito enquanto discussão do Plano e Orçamento, agora a declaração de voto é só justificar porque é que se abstiveram, mais nada”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente então eu estive a pensar melhor e para não ferir a susceptibilidade de ninguém, para também não pôr em causa o seu desempenho de funções, eu vou-me retirar para a minha bancada, e ficará para outra oportunidade eu fazer a intervenção”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “até pode voltar à questão no período antes da ordem do dia na próxima reunião, e se precisar da minha ajuda tem toda a minha colaboração no sentido de ..., agora também temos que respeitar as pessoas que aqui estão, e as pessoas que aqui estão também têm o direito de se insurgir contra uma metodologia que não é correcta, não pode substituir declaração de voto, com intervenção política *(O Senhor José Maria Preto interrompeu e disse: isto é um ponto*

de ordem à mesa, nós teremos todo prazer em ouvir o Senhor Lima, de facto a sua intervenção estava no sentido de intervenção, e não de declaração de voto, mas eu pessoalmente terei todo o interesse em ouvir o Senhor Lima aqui, é para isso que está cá, para discutirmos, e poderá nos outros assuntos avançar com essas questões), nos outros assuntos vou-lhe permitir que coloque outra vez a questão, se quiser. -----

*-----Vamos passar ao ponto **2.4 Análise e deliberação sobre “Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2010”**-----*

-----Não havendo nenhuma intervenção, vamos colocar à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade.

*-----Vamos passar ao ponto **2.5 Análise e deliberação sobre “ANMP – Fixação de taxas de IMI para 2010”**-----*

-----De acordo com o nº4 do art. 112 do CIM a Câmara Municipal deliberou por unanimidade manter as taxas previstas na Lei, e também foi esse o entendimento do grupo de líderes, pelo que ponho também à votação, mas antes tenho que naturalmente pedir se alguém quer intervir sobre este ponto”. -----

▶ VICE - PRESIDENTE usou da palavra e disse: “isto é só para dizer que em relação ao IMI a Câmara Municipal deliberou por unanimidade manter o IMI no valor mínimo possível em termos de Lei, a Lei dá um intervalo onde o IMI pode ser colocado, e nós colocámo-lo já há alguns anos a esta parte no valor mais baixo que a Lei permite, é sobre isso que aqui trazemos esta proposta para continuar assim”. -----

▶ ANÍBAL MORENO usou da palavra e disse: “no fundo é só para dizer que esta deliberação, independentemente de ser tomada, ou não, não tem qualquer efeito legal, porque esta comunicação a ser feita para ter validade em termos do Ministério das Finanças devia ter sido comunicada até 30 de Novembro, como não foi comunicada até essa data, independentemente de ser tomada alguma deliberação, ou não, o resultado é sempre o mesmo, não havendo deliberação da Assembleia Municipal por proposta da Câmara, vigora o que está na Lei do IMI, que diz os mínimos, o8, 04, e é isso que está em vigor; esta comunicação para efeitos do Ministério das Finanças não tem qualquer validade”. -----

▶ VICE - PRESIDENTE usou da palavra e disse: “aquilo que o Deputado Municipal Aníbal Moreno diz é uma meia verdade, eu explico porquê, efectivamente se nós não tomarmos nenhuma deliberação o valor é o mínimo, mas nós não é por omissão que queremos que o valor seja o mínimo, nós queremos que o valor seja o mínimo porque é nossa decisão que seja o mínimo, e é diferente de não haver nenhuma deliberação, vai-me

desculpar, é assim, e é assim que as coisas devem ser, outra coisa, veio por parte do Governo uma notinha só a dizer assim: amigos, os valores dos IMI's podem ser comunicados até ao dia 30 de Dezembro do presente ano, ou seja aquilo que nós estamos a deliberar aqui não tem nada a ver com o 30 de Novembro, ainda estamos a deliberá-lo, se quiserem os Senhores propor para que seja mais, façam o favor que ainda vai a tempo, ainda vai a tempo até ao fim do ano, mas se os Senhores propuserem que querem que o IMI seja um valor superior, podem ter a certeza que ainda vai a tempo, portanto o que estamos aqui a fazer é legal, não estamos por omissão a dizer que não definimos, queremos o mínimo porque entendemos que é o mínimo, é só isso, e até ao dia 30 de Dezembro". -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ponto **2.5** *Análise e deliberação sobre “ANMP – Fixação de taxas de IMI para 2010”*-----

----- Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.6** *Análise e deliberação sobre “Comissão de Protecção de Crianças E Jovens em Risco de Mogadouro – Designação de Representantes pela Assembleia Municipal”* -----

-----Não havendo intervenções, temos uma proposta que diz o seguinte: por decisão dos grupos parlamentares com assento nesta Assembleia propõe-se para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Mogadouro os seguintes Deputados Municipais: efectivos, Maria Helena Pires Mendo e Ana Rita Carrasco, da parte do PSD, Maria Eugénia Cabanal da parte do PS, e Maria José Fernandes Tuna da parte do CDS, obviamente que esta votação como faz referência a nomes obrigava a que se procedesse por voto secreto, foi nosso entendimento uma vez que é uma lista única, não ser necessário porque a Assembleia também pode deliberar que a votação seja doutra forma quando há entendimento (ouviram-se vozes); Suplentes Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Mesquita, Ilídio Martins e Jaime dos Santos Gaspar. -----

----- Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.7** *Análise e deliberação sobre “Trás-os-Montes – Comunidade Intermunicipal – Eleição dos Representantes da Assembleia*

Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIM-TM-----

-----Do mesmo modo temos uma proposta que por decisão dos grupos parlamentares com assento nesta Assembleia propõe-se para integrar como representantes da Assembleia Municipal de Mogadouro à Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes os seguintes Deputados Municipais: efectivos, Ilídio Granjo Vaz, José Maria Preto, Manuel Alfredo Preto do PSD, Carlos Manuel Vinhais Conde do EDS e Aníbal José Moreno pelo PS, como suplentes, Maria Helena Pires Mendo, José Augusto Rodrigues Mendes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Manuel Luis Tibério e Jaime dos Santos Gaspar. Neste ponto só podem votar os Deputados Municipais eleitos directamente”. -----

► **VICTOR COELHO** usou da palavra e disse: “tal como o Senhor Presidente da Mesa iria anunciar, nesta votação os Senhores Presidentes de Junta não tem direito a voto, é uma das situações em que os membros da Assembleia eleitos directamente e os Presidentes de Junta aqui presentes por inerência do seu cargo são tratados de modo diferente; será esta e receio que virão a surgir mais algumas, nomeadamente se nos lembrarmos do que ocorreu em relação à votação para o Orçamento do Município. Eu compreendo, e sei, e percebo porque é que o legislador, ou quem elaborou os estatutos desta Associação pensou, será para que seja reflectido o resultado das eleições para a Assembleia Municipal, que esteja reflectido em termos proporcionais para esta votação, para esta Assembleia desta Associação Intermunicipal; percebo, compreendo, e parte de mim até aceita que assim seja, a outra parte não pode deixar de se sentir de algum modo incomodada de que esta situação aconteça; deste modo e de uma forma simbólica, até para que os trabalhos decorram de uma melhor maneira, para que não haja confusão com os membros presentes, eu da minha parte, e é uma atitude individual, os outros colegas Presidentes de Junta poderão segui-la se o entenderem, durante esta votação entendo que devo retirar-me da sala”. (ouviram-se vozes) -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o art. 15 diz que só podem participar na votação os eleitos directos. Eu estou plenamente de acordo com a preocupação do Senhor Presidente da Junta de São Martinho, porque isto é uma repartição de poderes dentro de um órgão colegial, também não está correcto, mas eu não sou legislador, nem o autor da Lei, não fui eu que a produzi, vamos ter que a cumprir de acordo com o que está. Relativamente a este ponto, quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.8** *Análise e deliberação sobre “ Erro na Publicação do*

Regulamento do PDM. Informação da Divisão de Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente -----

-----Damos a palavra à Câmara para nos informar sobre esta correcção”. -

► **VICE - PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “isto ao fim ao cabo já foi aprovado aqui só que na publicação houve um engano, e uma das alíneas não está publicada, o que quer dizer que inviabiliza os afastamentos, fala deve ter um afastamento, mas depois lá a alínea não está”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo nenhuma intervenção, vou colocar à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.9 *Análise e deliberação sobre “Designação de Representantes no Conselho da Comunidade do ACES de Trás-os-Montes I - Nordeste***”-----

-----Um pedido que nos foi feito pelo Centro de Saúde para designarmos um representante da Assembleia para integrar esta comunidade, chegou à mesa também uma proposta: O Grupo Parlamentar do PSD propõe para integrar o Conselho da Comunidade do ACES de Trás-os-Montes I – Nordeste, um membro do seu grupo parlamentar, efectivo, Osvaldo Augusto Morais Urze, suplente, José Maria Preto; como é uma eleição deveria ser voto secreto, mas se entendem que deva continuar com a mesma metodologia, (ouviram-se vozes) se é com a vossa concordância ponho à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “vinha aqui expor um assunto que vim cá expô-lo há dois anos, talvez e que se relaciona com um protocolo que a Câmara tem com a ACISM de Mogadouro, eu vim aqui fazer uma exposição por uma situação que considerava imoral, que depois poderei explicar numa próxima Assembleia e pedia à Assembleia Municipal que fizesse uma proposta à Câmara, o que se passou foi o seguinte: o Presidente da Assembleia Municipal enviou para a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal enviou para a Associação Comercial, e a minha exposição foi para a Associação Comercial e Industrial de Serviços de Mogadouro, A Associação Comercial respondeu à Câmara Municipal, a

Câmara Municipal respondeu à Assembleia, e a Assembleia respondeu-me a mim, eu tinha feito isto de uma maneira mais simples mandava a exposição eu próprio para a Associação Comercial e ela tinha-me respondido; o objectivo não era este, de qualquer forma ainda bem que veio a resposta porque fiquei a saber que, ou as pessoas que fazem parte da Associação não leram a minha exposição atentamente, ou então não sabem interpretar a língua portuguesa, e depois também pessoas que fazem metáforas com sentido pejorativo, referem aqui *o Senhor Domingos Amaro tem com certeza o direito de pensar que a Associação deveria fazer o papel de Santa Casa da Misericórdia, no entanto tal não está previsto nos estatutos desta Associação*, estas pessoas que fazem estas metáforas estão perfeitamente classificadas; mas continuo a dizer que é uma situação imoral que os nossos jovens sejam explorados por esta Associação, eu vim cá já depois, porque não queria ser advogado em causa própria, quando o meu filho mais velho fez parte da comissão de festas da Santa Ana, o ano passado o Rui Guimarães, a Patrícia, e os seus colaboradores foram outra vez explorados, e este ano o meu filho mais novo faz parte da comissão de festas da Santa Ana e já foram explorados, porque é imoral que a Câmara Municipal ceda gratuitamente o espaço da feira, lhe dê ainda um subsídio, que eu agora por direito próprio, como Deputado Municipal, vou saber como está redigido esse protocolo, e depois eles cobrem, tratam estas comissões de festas, a da Santa Ana e da Senhora do Caminho como se fossem empresários, eles não são empresários, estão a beneficiar a vila, e estão inclusivamente a beneficiar a Associação Comercial. ----- Outro assunto tinha a ver com os semáforos da Avenida de Espanha, que já estão lá há uma série de anos, estiveram desligados muito tempo neste verão, e agora vi lá andar em obras e pensei que tinha vindo alguma pessoa inteligente que os conseguia por a funcionar como deve ser, afinal não, continuam na mesma, aquilo tem um dispositivo que os miúdos da escola primária e os pais podem carregar lá e fecham o semáforo para eles passarem com segurança, e não devem estar, eu não sei quem é o responsável pela manutenção dos semáforos, eu vou a cumprir o limite de velocidade e vem um condutor do outro lado em excesso de velocidade e fecha-me o semáforo a mim; pedia à Câmara Municipal que arranje alguém que saiba mexer naquilo para que nós possamos..., não perder tempo”. -----

► **SANDRA MESQUITA** usou da palavra e disse: “desejo rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Câmara, agradeço em meu nome, e em nome familiar o voto de pesar que me foi entregue, e desde já aproveito para desejar o mesmo aos meus amigos e colegas que se encontram na mesma situação, são dores dolorosas e momentos complicados de vida que todos nós passamos; desde já também gostaria de frisar como elemento recente, Deputada do PSD, gostaria de frisar o ponto que foi aqui levantado ali por o Senhor Ilídio Martins, a dizer que, e frisou que a bancada estava

mais reduzida, não sei se foi no sentido do PSD, ou se foi em função de outros partidos, a verdade é ..., eu como prova disso estou cá, e desde já agradeço, como estou eu, vejo que há muita camada jovem pertencente a este elenco e a esta calorosa bancada do PSD, por isso é com gosto que estou cá, e falo por mim e falo por os meus outros colegas aqui presentes como novatos que são, que estaremos aqui prontos para colaborar em tudo que seja necessário para o bem-estar do nosso povo Mogadoureense, e é com muito gosto que tomo esse título. Mais uma vez muito obrigado em meu nome e da minha família”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “em jeito de conclusão desta Assembleia eu quero dizer ao novo Executivo que a vila de Mogadouro está bonita, tem muitas rotundas, tem muitos jardins, tem muitas flores, tem cogumelos, está bonita, acho que está cuidada, penso que é uma vila do Nordeste Transmontana que de facto está bonita, e penso que neste momento o embelezamento da vila está praticamente concluído, acho que é importante começar a olhar para outros vectores da actividade do Concelho, e falo por exemplo, há necessidade de investir em novos..., passar a dar apoio aos empresários que têm uma actividade que dá rendimento, porque de facto os jardins, as rotundas serve apenas para ..., só faz bem aos olhos, e nós não podemos ter umas flores muito bonitas, e termos muita gente a tratar dos jardins de Mogadouro, que de facto temos, qualquer dia já há mais gente a tratar dos jardins de Mogadouro, do que da agricultura do Concelho, eu penso que neste momento, embora não seja propriamente uma vocação da Câmara Municipal estar virada para o sector produtivo, acho que deve disponibilizar tudo aquilo que for disponibilizado na intenção de incrementar o desenvolvimento e a produção de riqueza no Concelho, acho que é importante, e falo nomeadamente na questão da agricultura que sempre foi um motor de desenvolvimento na nossa região e que neste momento está extremamente debilitado, e com um motor débil não pode haver..., nenhuma máquina pode trabalhar bem, acho que é importante, e também digo mais uma vez que a vocação do Município não é propriamente uma vocação agrícola, mas de qualquer forma..., por exemplo, o conseguir arranjar mais água, nomeadamente as charcas ou as barragens de que aqui há uns anos se falava, nomeadamente ali na zona de Tó e na zona de Vilar do Rei sempre se falou em duas eventuais barragens que seriam feitas naquela altura, seria de facto também uma oportunidade de servir o sector nascente de abastecimento de água, e seria também uma forma de apoiar a agricultura com regadios, porque nós precisamos de encontrar uma forma de revitalizar a actividade económica do nosso Concelho, porque sem uma actividade económica principal nem há serviços, nem há outros mecanismos para o Município se desenvolver. -----
-----Chamo também a atenção para a questão do matadouro intermunicipal, eu li aqui há uns dias atrás uma entrevista onde o novo

Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro estava disponível para avançar com esse projecto, acho que valia a pena aproveitar a embalagem dele e levar para a frente a concretização do matadouro, porque seria uma obra fundamental para o desenvolvimento e para a agricultura da nossa região, acho que é extremamente importante apoiar essa ideia e levá-la de facto para a frente. -----

-----São estes breves conselhos que eu quero deixar ao Executivo”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “é evidente que tive aqui um lapso grande, todos pensarão que ..., as minhas intenções são que o Senhor Presidente da Câmara volte rapidamente ao nosso convívio, é evidente que lhe desejo rápido restabelecimento. -----

-----Queria responder ao Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, a quem felicito, ou melhor eu felicito o Grupo Parlamentar por o ter escolhido para seu Presidente, e queria responder ao Senhor Presidente do Grupo Parlamentar, à Senhora Deputada Sandra Mesquita e ao Senhor Vice-presidente João Henriques, talvez tenha sido falha minha, falha de comunicação, porque eu de facto não falei em maioria nesta casa, falei em maioria de membros no Executivo, o Senhor Vice-presidente contestou-me e eu digo-lhe já as razões da minha afirmação, eu leio com cuidado as actas do Executivo, embora tenha que lamentar que desta vez não tenham sido fornecidas actas das reuniões do Executivo Municipal, porque seriam temas para trazer com actualidade e em cima do acontecimento aqui a esta nossa reunião, mas enfim espero que elas cheguem e sejam analisadas em próxima reunião da Assembleia Municipal, mas voltando à resposta para o Senhor Vice-presidente, eu leio com cuidado as actas do Executivo e reparei que muitas das decisões tomadas durante o mandato anterior tiveram uma maioria, ao que suponho maior do que vão ter agora, tiveram cinco votos, algumas votações, nestas não antevejo que vão além dos quatro, não antevejo, nem desejo, de maneira que nessa medida é que eu digo que o Executivo está enfraquecido, está menos maioritário, não está minoritário, está menos maioritário, é só essa a razão da minha afirmação, portanto Senhora Deputada Sandra Mesquita, Senhor Deputado José Maria, é evidente que eu não me quis referir ao montante de Deputados na Assembleia, mas sim aos elementos que constituem o Executivo Municipal. -----

-----Sobre o Orçamento aqui votado tenho que dizer que de facto fiquei confortado com as intervenções do Senhor Deputado Moreno, porque trouxe aqui uma achega técnica de valor, e também do Senhor Presidente da Junta de Mogadouro, e do Senhor Presidente da Junta de Vale de Porco que revelaram o seu inconformismo para com aquilo que lá está contido nesse documento, os outros Senhores Presidentes de Junta, pelos vistos, concordam, o Senhor Presidente do grupo Parlamentar do PSD também andou a buscar no dicionário e não encontrou outra palavra que não fosse fantástico, formidável, é de elogiar, portanto também buscou, fez alguma

busca, não sei se em dicionários, se em enciclopédias, se até em tratados de lógica mais superiores, mas não passou do fantástico, enfim é a sua interpretação. -----

-----Senhor Presidente quero felicitá-lo pela sua intenção de fazer cumprir os estatutos, eu quero louvar aqui a atitude e a coerência do Senhor Deputado Victor Coelho que já tinha mantido numa outra sessão, o ano passado tinha tido a mesma atitude, e chamar a atenção que já tem acontecido o contrário, há casos em que não podem votar, ou não deveriam ter podido votar os elementos eleitos directamente, eu recorde-me que existiu aqui uma questão dessas que eu levantei, e não foi essa a interpretação do Senhor Presidente, ainda bem que agora está a vir às boas, pelo menos está de acordo com o espírito e a letra da Lei, mas também não diga que quer cumprir tudo, porque se esqueceu para a constituição da mesa, cuja constituição eu não contesto, esqueceu-se de cumprir o art. 22 do regimento que ainda está em vigor, e que foi votado pelo Senhor, penso eu, é só isso que eu queria que o Senhor atendesse. -----

-----Finalmente já não está aqui presente um elemento do público mas é do meu conhecimento pessoal que ainda não lhe teria sido dada resposta a uma questão que ele levantou aqui, para que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fizesse chegar ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Deputado Amaro teve mais sorte, porque com algum atraso, mas recebeu uma resposta, o outro Senhor Município acho que não recebeu resposta nenhuma, espero que o Senhor Presidente esteja recordado do assunto que está em causa. Há, não sei se a palavra é forte, um atentado, ou pelo menos um não respeito, ou um não respeito pela equidade que deve reger a actividade do Município para com todos os Municípios, penso eu que há aí alguma falta de critério em diversas actuações e esse Município o Senhor Humberto Gastão Camelo Lourenço continua há meses à espera de uma resposta, penso que a Assembleia não fica dignificada pela demora que manifesta em dar uma resposta cabal ao Município interessado”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “relativamente a este ponto naturalmente que o incumpridor não será a mês, a questão foi colocada aqui, foi entregue a quem de direito, aguardávamos uma resposta para podermos informar, ainda não a recebemos, a Câmara neste momento estará elucidada para a necessidade de dar essa resposta, em princípio sobre este assunto é o que posso dizer. --

-----Relativamente à questão do art. 22, o meu grupo Parlamentar é soberano e decidiu constituir a mesa conforme propôs e foi eleita mesa, era uma lista única que foi aprovada, e a mesa é a mesa que temos, o Senhor queria aludir ao nº 6, mas não lhe pudemos satisfazer essa vontade, fica para a próxima, quando houver maior representatividade. -----

-----Vou dar a palavra ao Senhor Vereador Pimentel para poder dar informação à Assembleia relativamente ao assunto que talvez acabou de

colocar, penso eu que seja, mas isso não obsta que nós não tenhamos uma informação por escrito”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “não ficaria bem comigo, se pelo menos, a Câmara ficou de dar resposta, a Câmara tem o Senhor Presidente, como sabem ele neste momento encontra-se ausente, portanto se ainda não foi dada, eu acho que dado que há aqui gente que não assistiu a esta situação que merece pelo menos ser informado daquilo que está em causa, e aquilo que está em causa tão-somente é uma situação que se verificou no complexo desportivo onde a Câmara levou a efeito a abertura de um arruamento, que chamamos de arruamento periférico do complexo, que está neste momento executado, acontece que quando ele foi perspectivado previa-se que se expropria-se uma parte do lameiro, chamado lameiro do conde, analisada a situação no local, entendeu-se que cortando um bocadinho ao parque de campismo que não tinha qualquer alvéolo, tinha apenas uma árvores, mudando o muro um bocadinho para dentro e negociando com..., negociando, isto é, pedindo a um outro munícipe se nos deixava fazer o alinhamento do muro, dado que fazia uma curvatura que entrava para dentro da Quinta da Agueira, que era da Câmara, que poderíamos não estar condicionados ao termo de expropriação, que é sempre um problema complexo, aquilo pertence à família Casimiros, que creio que ainda hoje estão em contencioso, mas eu não tenho conhecimento profundo sobre isso, mas creio que ainda existe o contencioso entre a família, para fugir a tudo isso optamos por reduzir um bocadinho ao parque de campismo que não fazia qualquer diferença e contactámos com o proprietário a seguir ao lameiro do conde, o proprietário única e simplesmente nos disse, aquilo tinha um muro de pedra normal, e disse: apenas têm que me refazer o muro, não quis um cêntimo pelo terreno que são 350 metros quadrados, que é esta zona verde que aqui está, recebeu também ainda em terreno esta zona vermelha, para fazermos o alinhamento, a zona vermelha são 88 metros quadrados e ele cedeu 350 metros quadrados, o que nos permitiu implementar o arruamento dentro do complexo, acontece que o Município que reclamou tem uma casa que faz costas e cujo terreno faz costas para esse arruamento, e por minha iniciativa própria lhe disse: fica agora aqui um canto se calhar dava-te jeito para incluíres e para ficares com acesso à tua própria residência também pelo arruamento periférico, assim foi, inicialmente até mostrou que não estaria interessado nesse terreno, a posteriori veio dizer que estava interessado, e então a Câmara fez uma avaliação no mesmo conceito que fez para a recta de Vale da Madre e para o terreno que havia sido negociado no Bairro das Sortes, 25 euros o metro quadrado, portanto e daqui para diante lançou-se toda esta confusão, mas o que está em causa é tão-somente isto; o proprietário que cedeu o terreno não recebeu um tostão por metro quadrado, recebeu apenas o muro que é visível e que está direitinho para

quem quer ver, e entregámos-lhe também 88 metros quadrados de terreno do que resultou do alinhamento que foi feito. É isto tão-somente que está em causa que em devido tempo e por escrito será dado depois conhecimento à Assembleia por parte da Câmara Municipal”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às treze horas e quarenta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾ Esta acta é constituída por 20.072 palavras, distribuídas por 47 páginas e 1909 linhas *